

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CARLOS EDUARDO GOULART DIAS

**DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
NO BANCO DO BRASIL**

Florianópolis

2007

CARLOS EDUARDO GOULART DIAS

**DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
NO BANCO DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina de Estágio Supervisionado – CAD 5236 como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Dr. Pedro Carlos Schenini


Florianópolis

2007

CARLOS EDUARDO GOULART DIAS

**DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL
NO BANCO DO BRASIL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado e aprovado em sua forma final pela Coordenadoria de Estágios do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, em 12/02/2007.



Rudimar Antunes da Rocha, Dr.
Coordenador de Estágios

Apresentada à Banca Examinadora integrada pelos professores:



Pedro Carlos Schenini, Dr.
Orientador



Esperidião Amin Helou Filho, Msc.
Membro



Rudimar Antunes da Rocha, Dr.
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por iluminar e abençoar meu caminho durante toda minha vida e por ter me dado inteligência e saúde para realizar este trabalho.

Ao querido Professor Doutor Pedro Carlos Schenini, meu orientador e amigo, pela atenção que me foi dada e pela oportunidade de escrever sobre este tema tão especial.

Aos meus pais Antonio Carlos e Gislaine, irmãs Anelise e Lisiane e vó Zaira, pelo amor, incentivo, dedicação e apoio nesta jornada de minha vida.

A Marcia, minha noiva, meu amor, minha amiga, minha companheira, por estar sempre ao meu lado.

Aos colegas, Jackson, Márcio e Guilherme Alves, por termos formado o "Quarteto Fantástico" que sempre teve sucesso nos trabalhos acadêmicos.

Aos demais colegas, Guilherme Matos, Karine, Janara, Janine, Marino, Volnei, Giordani, entre outros, que proporcionaram momentos de alegria e descontração, principalmente no Bar dos Servidores.

Aos colegas do Banco do Brasil, pela ajuda e incentivo. Sem eles, esse trabalho não teria sido realizado.

A amiga Luani pela correção dos procedimentos metodológicos.

Enfim, a todos que participaram direta e indiretamente na elaboração deste trabalho.

O que acontecer com a terra acontecerá com os filhos da terra. O homem não teceu a teia da vida, ele é apenas um fio. O que ele fizer à teia, estará fazendo a si mesmo.

Ted Perry

RESUMO

DIAS, Carlos Eduardo Goulart. **Diagnóstico das ações de responsabilidade sócio-ambiental no Banco do Brasil S.A.: um estudo de caso.** 2006. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração). Curso de Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

O presente estudo é caracterizado pelo diagnóstico das ações de Responsabilidade Sócio-ambiental no Banco do Brasil S.A, tendo a identificação dos projetos e ações que ele desenvolve como seu tema principal. Os objetivos estabelecidos neste trabalho foram efetuar estudos acerca deste tema no Banco do Brasil bem como detalhar estes estudos, identificando e caracterizando os projetos sócio-ambientais desenvolvidos por esta instituição, descrevendo seus parceiros e analisando a fundo as ações empreendidas pela organização. Trata-se de um estudo de caso que utilizou uma abordagem qualitativa. Os meios de investigação utilizados nessa pesquisa foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo e quanto aos fins o trabalho pode ser caracterizado como exploratório e descritivo. A coleta de dados foi efetuada através de fontes primárias (entrevistas não-estruturadas, realizadas com diversos funcionários da instituição e observação pessoal do autor) e secundárias (documentos da empresa, publicações de livros, cartilhas e pelo site da empresa). O estudo apresentou a importância de agir com responsabilidade social e de preservar o meio ambiente e o papel fundamental das empresas neste segmento. Foi constatado que para o Banco do Brasil, responsabilidade social significa ter a ética como compromisso e o respeito como atitude, evidenciado pela criação da Agenda 21 Empresarial, participação e incentivo ao Programa do Governo Federal Fome Zero, eventos culturais e esportivos, da qual a instituição mostrou seu engajamento e sua preocupação e com a sustentabilidade da sociedade, clientes, fornecedores, credores e meio ambiente.

Palavras-chave: Responsabilidade Social; Desenvolvimento Sustentável; Gestão Ambiental; Tecnologias limpas; Leis ambientais.

ABSTRACT

DIAS, Carlos Eduardo Goulart. **Diagnosis of the partner-ambient actions for damages in the Bank of Brasil S.A.: a case study**. 2006. 71 f. Work of Conclusion of Course (Graduation in Administration). Course of Administration. Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

The present study it is characterized by the diagnosis of the Partner-ambient actions for damages in the Bank of Brasil S.A, having had the identification of the projects and action that it develops as its main subject. The objectives established in this work had been to effect studies concerning this subject in the Bank of Brazil as well as detailing these studies, identifying and characterizing the partner-ambient projects developed by this institution, describing its partners and analyzing deep the action undertaken for the organization. One is about a case study that used a qualitative boarding. The used ways of inquiry in this research had been the bibliographical research and the field research and how much to the ends the work can be characterized as exploratory and descriptive. The collection of data was effected through primary sources (not-structuralized interviews, carried through with diverse employees of the institution and personal comment of the author) and secondary (documents of the company, book publications and for the site of the company). The study it presented the importance to act with social responsibility and to preserve the environment and the basic paper of the companies in this segment. It was evidenced that for the Bank of Brazil, social responsibility means to have the ethics as commitment and the respect as attitude, evidenced for the creation of the Enterprise "Agenda 21", participation and incentive to the Program of the Federal Government "Fome Zero", cultural and esportivos events, of which the institution showed to its enrollment and its concern and with the sustentabilidade of the society, customers, suppliers, creditors and environment.

Word-keys: Social Responsibility; Sustainable Development; Environmental Management; Clean Technologies; Environmental Laws.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1: Resultados alcançados com a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável..... | 58 |
| Figura 2: Balanço Social do Banco do Brasil..... | 62 |
| | |
| Quadro 1: Legislação Ambiental Federal..... | 22 |
| Quadro 2: Legislação Ambiental Estadual (SC)..... | 25 |
| Quadro 3: Carta de princípios de Responsabilidade Sócio-ambiental do Banco do Brasil..... | 50 |
| Quadro 4: Visão de Responsabilidade Sócio-ambiental no processo de gestão..... | 51 |
| Quadro 5: Providências que antecedem a parceria..... | 55 |
| Quadro 6: Ações do Banco do Brasil no programa Fome Zero..... | 57 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 10 |
| 1.1 Tema e problema..... | 10 |
| 1.2 Objetivos..... | 11 |
| 1.2.1 Objetivo geral..... | 11 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 11 |
| 1.3 Justificativa..... | 11 |
| 1.4 Estrutura do trabalho..... | 12 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 14 |
| 2.1 Ecologia..... | 14 |
| 2.2 Desenvolvimento sustentável..... | 15 |
| 2.3 Tecnologias limpas..... | 17 |
| 2.4 Legislação ambiental..... | 20 |
| 2.4.1 Legislação ambiental federal..... | 22 |
| 2.4.2 Legislação ambiental estadual..... | 24 |
| 2.4.3 Legislação ambiental municipal..... | 26 |
| 2.5 Educação ambiental..... | 28 |
| 2.6 Gestão ambiental..... | 29 |
| 2.6.1 Sistema de gestão ambiental (SGA)..... | 31 |
| 2.7 Responsabilidade social..... | 34 |
| 2.7.1 Responsabilidade social empresarial..... | 36 |
| 2.7.2 Responsabilidade social dos bancos comerciais..... | 38 |
| 3 METODOLOGIA..... | 41 |
| 3.1 Caracterização da pesquisa..... | 41 |
| 3.2 Tipos de pesquisa..... | 42 |
| 3.2.1 Meios..... | 42 |
| 3.2.2 Fins..... | 43 |
| 3.3 Técnicas e análise de dados..... | 43 |
| 3.4 Limitações da pesquisa..... | 44 |
| 4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS..... | 45 |
| 4.1 Caracterização da empresa estudada..... | 45 |

| | |
|--|-----------|
| 4.2 Identificação e caracterização das ações sustentáveis do Banco do Brasil..... | 48 |
| 4.3 Identificação e caracterização dos parceiros do Banco do Brasil nas ações sustentáveis..... | 54 |
| 4.4 Análise das ações de responsabilidade social do Banco do Brasil..... | 59 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 66 |
| REFERÊNCIAS..... | 69 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema de pesquisa

Com a grande mudança no ambiente empresarial, favorecendo o aumento da concorrência e inovações tecnológicas, a preocupação com o meio ambiente e com a sociedade vem ganhando destaque nas organizações que desejam se diferenciar e preservar seu público como cliente, já que este, por sua vez, também se tornou mais exigente na procura por serviços que os satisfaçam.

Em vista disso, a responsabilidade sócio-ambiental é um processo que vem sendo abordado e implementado nas organizações. É utilizado como uma ferramenta contínua e progressiva de envolvimento e desenvolvimento de competências cidadãs, objetivando responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais ela interage.

O grande foco da responsabilidade sócio-ambiental diz respeito à necessidade de revisar os modos de serviços, produção e padrões de consumo vigentes de tal modo que o sucesso empresarial não seja alcançado a qualquer preço, mas ponderando-se os impactos sociais e ambientais decorrentes da atuação administrativa da empresa.

Essa concepção, que tem a necessidade da sociedade e do ambiente como prioridade será o tema abordado no presente trabalho, tendo o Banco do Brasil como exemplo de agente promotor de ações que colaboram para o desenvolvimento sustentável da sociedade e do meio ambiente.

Para o Banco do Brasil, responsabilidade sócio-ambiental é ter a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente.

Essa postura vem modificando a própria visão do negócio, a exemplo da revisão de critérios para concessão de crédito que começam a incluir cláusulas sobre impactos e riscos sócio-ambientais, além da criação de Fundos de Investimentos que privilegiam em sua carteira as ações de empresas que evidenciam práticas sócio-ambientalmente responsáveis.

Optou-se por esse tema, pois a responsabilidade sócio-ambiental vem sendo enfatizada dentro das organizações, objetivando uma busca permanente da melhoria da qualidade ambiental e da sociedade como um todo.

Através da observação e experiência vivenciada no próprio local de trabalho, pode se chegar à seguinte pergunta de problema: **quais são os projetos e ações de responsabilidade sócio-ambiental que o Banco do Brasil S.A. desenvolve?**

1.2 Objetivos

A seguir serão apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos deste trabalho.

1.2.1 Objetivo geral

Realizar estudo de caso sobre o tema Responsabilidade Sócio-ambiental no Banco do Brasil S.A.

1.2.2 Objetivos específicos:

Os objetivos específicos são:

- a) Identificar e caracterizar os projetos sócio-ambientais da instituição em estudo;
- b) Identificar e descrever os parceiros da organização que atuam conjuntamente neste segmento;
- c) Analisar as ações empreendidas pelo Banco do Brasil em Responsabilidade Social.

1.3 Justificativa

A gestão ambiental empresarial está essencialmente voltada para organizações, e pode ser definida como sendo um conjunto de políticas internas, programas e práticas administrativas e operacionais que levam em conta a saúde e a segurança das pessoas e a proteção do meio ambiente.

Sob esta perspectiva, o Banco do Brasil tem uma grande preocupação em estar colaborando para o desenvolvimento sustentável da natureza e para o desenvolvimento da sociedade, incentivando a educação, a agricultura, o crédito, implantação de novas empresas, etc. Sendo esta uma organização rica em informações para o desenvolvimento desse estudo.

Contudo, é de vital importância fazer o levantamento das informações, procedimentos, projetos, especificações e regulamentos existentes, para diagnosticar e descrever quais são as ações de responsabilidade sócio-ambiental que o Banco do Brasil implementa e como essas ações são praticadas e incorporadas nas funções diárias do banco.

Além deste estudo ser relevante para a própria organização, pois será um documento que reunirá características dos seus principais projetos e desta forma, uma fonte pesquisa, ações e análises organizadas. Acredita-se que também servirá para consultas tanto no âmbito interno da organização, incentivando os funcionários do Banco do Brasil que desconhecem as ações de responsabilidade social a se engajarem nos projetos da organização, quanto para a sociedade, estudantes e pesquisadores da área.

1.4 Estrutura do trabalho

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda o tema e o problema da pesquisa, seu objetivo geral e seus objetivos específicos, juntamente com a justificativa do estudo. Neste capítulo foi demonstrado o interesse em identificar e descrever as ações de Responsabilidade Sócio-ambiental no Banco do Brasil S.A.

O segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica utilizada para a pesquisa. Entre os assuntos estudados estão: ecologia, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, leis ambientais, tecnologias limpas, educação ambiental, responsabilidade social.

No terceiro capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada na realização da pesquisa. São demonstradas as técnicas utilizadas na coleta e análise dos dados. Este capítulo proporciona confiabilidade e validade da pesquisa, demonstrando

quais foram os métodos e as técnicas utilizadas para que os objetivos pudessem ser alcançados.

O quarto capítulo aborda o estudo de caso. São apresentados o histórico, a identificação e caracterização das ações sustentáveis da empresa, a identificação e caracterização dos parceiros que atuam neste segmento juntamente com a empresa e também foi realizada uma análise das ações de responsabilidade social da empresa estudada.

No quinto capítulo é apresentada a conclusão da pesquisa juntamente com as referências utilizadas para a realização do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O propósito da fundamentação teórica é subsidiar o diálogo da prática contextualizado em bases empíricas discutidas na sociedade.

2.1 Ecologia

O termo Ecologia foi utilizado pela primeira vez por Ernest Haeckel em 1869. Etimologicamente significa “estudo da casa”, donde o radical de origem grega *oikos*, e sua derivação latina *eco* denota casa ou lar. A casa da qual faz-se referência é o planeta Terra.

A partir deste momento, a ciência comprovou o que há séculos os filósofos gregos já especulavam. O planeta Terra nos fornece por meio da alimentação e da respiração cada átomo, cada molécula e cada tecido de nosso corpo.

Sobre este assunto, Souza e Soares (2006, p. 11) afirmam que:

o ponto de partida para uma educação ecológica pressupõe a idéia de que nós somos a extensão do planeta Terra. Fazemos parte, portanto, de um círculo de sobrevivência comum entre os seres que habitam a Terra e os que nos habitam. Esse círculo é chamado também de ecossistema.

De acordo com os autores, à medida que os modernos modelos de desenvolvimento econômico se intensificaram com os processos de transformação da natureza, tornou-se mais evidente a incompatibilidade entre as necessidades de consumo e as limitações da natureza no que diz respeito ao fornecimento das matérias-primas destinadas aos processos produtivos.

Souza e Soares (2006), dizem que o meio ambiente é formado pela interação dos fatores abióticos (tudo que diz respeito ao ar, solo e à temperatura), bióticos (fauna e flora) e também pela cultura humana (princípios éticos, valores filosóficos, políticos, científicos, econômicos, sociais, religiosos, entre outros).

Um exemplo de reação abiótica é o efeito estufa, que é o aumento da temperatura da Terra causada pelo acúmulo de gás carbônico (CO₂). Um exemplo de reação biótica é o aparecimento de doenças transmitidas por animais silvestres, que invadem as cidades em decorrência da destruição de seu *habitat*.

Souza e Soares (2006, p. 13) alertam que:

A escassez de água potável levará a humanidade, se não mudar o seu modelo de desenvolvimento, a um impasse de conseqüências catastróficas. Isso se evidencia na medida em que quanto mais cresce a população e as necessidades de acesso à água potável, mais se negligencia, por parte desse modelo, um cuidado especial aos mananciais naturais são indispensáveis para a renovação dessa fonte de energia, saúde e sustentabilidade ambiental.

De acordo com Souza e Soares (2006), vive-se num momento em que é necessário superar um processo de analfabetismo ambiental, ou seja, a falta de conhecimento dos limites dos recursos naturais existentes no planeta, para finalmente surgir a consciência da necessidade de preservação desses recursos.

2.2 Desenvolvimento sustentável

Fundamentado em Porter (1995), a visão que prevalece ainda hoje é: ecologia *versus* economia, ou seja, de um lado, estão os benefícios sociais que se originam de rigorosos padrões ambientais, e de outro lado, estão os custos da indústria com preservação e limpeza – custos estes que, neste enfoque, conduzem à altos preços e baixa competitividade.

Em meio a debates sobre políticas de meio ambiente e das contradições entre os termos crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida, surgiu em 1987 o conceito de desenvolvimento sustentável, através do relatório da Comissão Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Este Relatório, intitulado *Nosso Futuro Comum*, definiu o desenvolvimento sustentável como: “desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”.

Sob esta perspectiva, Maimon (1996 *apud* KNUTH, 2001 p. 17), diz que:

o desenvolvimento sustentável é mais do que um novo conceito, é um processo de mudança, onde a exploração de recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento ecológico e a mudança institucional devem levar em conta as necessidades das gerações futuras. A ênfase na ecologia está na origem do termo sustentável, quando da procura do equilíbrio entre os ritmos de extração que assegurem um mínimo de renovabilidade para o recurso.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, adotou o desenvolvimento sustentado, sendo que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder público e coletividade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 2002, p. 183).

Ao usar a expressão “sadia qualidade de vida”, o legislador optou por estabelecer dois objetos da tutela ambiental: um imediato que é a qualidade do meio ambiente e outro mediato que é a saúde, o bem-estar, a segurança da população que vem sintetizando a expressão qualidade de vida. De forma singular, o legislador ao mencionar a frase: “preservá-lo para as presentes e futuras gerações”, evidenciou um dos princípios norteadores da política ambiental que é o do desenvolvimento sustentável.

Knuth (2001, p. 19) afirma que:

O desenvolvimento, a livre iniciativa e a proteção aos bens naturais fazem parte de um objeto comum, convergentes entre si. Pressupõe a convergência de objetivos das políticas de desenvolvimento econômico, social, cultural e de proteção ambiental. À busca do ponto de equilíbrio entre esses fatores exige adequado planejamento territorial que tenha em conta os limites de sustentabilidade. O critério do desenvolvimento sustentável deve valer tanto para o território nacional na sua totalidade, como para a sociedade, respeitadas obviamente as necessidades culturais e criativas do país.

Portanto, de acordo com Da Silva (2005, p.20) o Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo a conciliação dos interesses relativos ao crescimento econômico em equilíbrio com os interesses humanos e ambientais, mantendo uma coesão um equilíbrio entre ambos.

Da Silva (2005), ainda afirma que, além de um novo conceito, o Desenvolvimento sustentável, antes de tudo é uma declaração moral de como devemos viver em harmonia com o meio ambiente, acreditando-se assim, que ele seja a forma mais viável para diminuir a miséria, o consumismo exagerado, a desigualdade social e a degradação ambiental.

Neste sentido, muitas empresas estão buscando amenizar os impactos sócio-ambientais aderindo um novo conceito em suas atividades gerenciais e operacionais: tecnologia limpa.

2.3 Tecnologias limpas

Para Schenini (1999, p.39) a tentativa de colocar em prática um desenvolvimento industrial sustentado tem levado o meio empresarial a tomar medidas que provocam mudanças de paradigmas, de valores e orientação em seus sistemas operacionais. Independente da motivação encontrada, as empresas vêm se adequando às exigências da preservação pela utilização das técnicas que utilizam racionalmente os recursos e evitam a poluição.

Misra (1996 *apud* SCHENINI 1999, p. 40), afirma que as tecnologias limpas são processos de manufatura que permitem a:

- a) redução da quantidade de efluentes, que poluem o meio ambiente; e
- b) realiza o uso mais racional para matérias-primas e energia, conseguindo custos mais razoáveis.

Para Schenini (1999), teoricamente, a tecnologia limpa é escolhida porque é ambientalmente amigável. Entretanto, existem afirmações de que esta opção é determinada por fatores econômicos, técnicos e estratégicos, os quais nem sempre tem ligação com a preservação do meio ambiente. Uma vez decidida a mudança de processo e que a tecnologia limpa será adotada, muitos serão os obstáculos que surgirão na sua implantação.

Schenini (1999), parte do pressuposto que tecnologia é um conjunto de conhecimentos que se aplicam a determinadas atividades, visando maximizar benefícios, melhoria ou desempenho, pode-se afirmar com segurança que as tecnologias limpas são o caminho para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável.

De acordo com a Gazeta Mercantil (1996 *apud* SCHENINI, 1999, p.41) as tecnologias limpas podem ser classificadas em três categorias:

a) as de primeira geração: tecnologias de final de linha (end-of-pipe) que reduzem a poluição, mediante a incorporação de equipamentos de controle, sem modificar o processo de produção;

b) a segunda geração de inovações tem caráter preventivo, e consiste tanto na redefinição dos processos de produção quanto na composição de matérias primas e insumos; e

c) finalmente, inovações de terceira geração estão associadas ao campo da biotecnologia, dos novos materiais e da eletro-eletrônica, que possibilitam uma larga substituição de materiais tóxicos de consumo difundido, por outros menos tóxicos.

Schenini (1999) divide as tecnologias limpas em dois grupos: as tecnologias limpas gerenciais e as tecnologias limpas operacionais.

As tecnologias limpas operacionais envolvem métodos a serem utilizados em primeiro lugar pela otimização do processo existente; seguido das modificações nos processos; e por fim, a substituição dos processos produtivos.

De acordo com o autor existem inúmeras formas de se utilizar as tecnologias limpas operacionais para a obtenção da sustentabilidade, dentre elas, destaca-se:

a) adoção dos procedimentos da "melhoria contínua" em suas atividades;

b) diminuição/eliminação dos resíduos de suas atividades;

c) utilização de cadastros urbanos e rurais multifinalitários;

d) realização de balanços energéticos e hídricos;

e) desenvolvimento de projetos ecológicos de recuperação e melhoria ambiental;

f) desenvolvimento de projetos para aproveitamento sustentável dos recursos naturais; e

g) uso de ACV – Análise do Ciclo de Vida de produtos e serviços.

A escolha da solução depende de cada caso em particular, levando sempre em consideração os problemas ambientais, econômicos e as estratégias de marketing da organização.

As tecnologias limpas gerenciais reúnem modelos, métodos e ferramentas de apoio ao gerenciamento empresarial. O autor destaca algumas das inúmeras ações e procedimentos que podem ser utilizadas como tecnologias limpas gerenciais:

- a) melhoria da imagem e responsabilidade social;
- b) adoção da Contabilidade e Finanças ambientais;
- c) fomento à educação e comunicação ambiental nas comunidades;
- d) implantação do SGA – Sistema de gestão ambiental ISO-14000;
- e) utilização de Auditorias ambientais; e
- f) criação de parcerias para viabilizar projetos ecológicos.

Os métodos são também escolhidos de acordo com o problema específico de cada empresa, independente do tamanho da mesma e se aplicam a qualquer atividade industrial, comercial ou de serviços.

De acordo com Misra (1996 *apud* SCHENINI, 1999) as melhorias obtidas pelas empresas que adotam tecnologias limpas são:

- a) proteção ambiental;
- b) melhorias nas condições de trabalho;
- c) economia em matéria-prima e energia;
- d) melhoria na qualidade dos produtos;
- e) diminuição dos custos e perdas; e
- f) incremento na produtividade e lucratividade.

Para Valle (1995 *apud* SCHENINI, 1999) as conseqüências na adoção dessas tecnologias é que após passar os processos produtivos por uma reavaliação, é possível que ocorram mudanças que resultem em:

- a) eliminação do uso de matérias-primas e de insumos que contenham elementos perigosos;
- b) otimização das reações químicas, tendo como resultado a minimização do uso de matérias primas e redução, dentro do possível, da geração de resíduos;
- c) segregação, na origem, dos resíduos perigosos dos não perigosos;
- d) eliminação de vazamentos e perdas no processo;
- e) promoção e estímulo ao reprocessamento e a reciclagem interna; e
- f) integração do processo produtivo em um ciclo que também inclua as alternativas para destruição dos resíduos e a maximização futura do reaproveitamento dos produtos.

Dentre os diversos benefícios citados acima, pode-se dizer que a adesão às tecnologias limpas colabora não só com o meio ambiente, mas também na qualidade de vida dos funcionários das empresas, já que os mesmos não estarão tão expostos aos elementos nocivos à saúde.

Um dos critérios estabelecidos pelas empresas que querem se enquadrar nas tecnologias limpas é em primeiro lugar rever às legislações ambientais.

2.4 Legislação ambiental

O Brasil tem uma legislação ambiental abrangente, caracterizada como uma das melhores e mais completas do mundo. Todavia, falta muito em termos de aplicação, em parte pela falta de recursos para fiscalização, como também pela falta de capacitação dos fiscais.

A Constituição de 1988 assim como uma série de leis ambiental contribuiu para uma maior conservação do meio ambiente, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Entre os órgãos públicos envolvidos na questão ambiental, deve-se esclarecer que o Serviço Público Federal possui, em nível mais elevado, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Quanto ao Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o mesmo é formado por órgãos ambientais de âmbito federal, estadual e municipal, que atuam por intermédio do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Segundo Moura (2000), o CONAMA é responsável por fixar as resoluções que regem todas as atividades relacionadas à gestão ambiental, enquanto o IBAMA, compete a preservação, a conservação, o fomento, o controle e a fiscalização dos recursos naturais em todo o território nacional, proteção dos bancos genéticos da flora e fauna brasileiras e estímulo à Educação Ambiental.

É relevante ponderar sobre alguns princípios e pontos destacados por Valle (1995):

a) aquele que gera um resíduo ou causa um impacto nocivo sobre o Meio Ambiente deve arcar com os custos de sua reparação - é o princípio de "quem polui paga";

b) o gerador do resíduo responde pelo mesmo, indefinidamente, mesmo que esse resíduo seja transferido de local, tenha mudado de depositário, ou até mesmo de forma, mantendo suas mesmas características nocivas;

c) a responsabilidade por danos causados ao meio ambiente é objetiva e não subjetiva, ou seja, uma empresa que causa um dano ao meio ambiente é responsável pelo mesmo, independentemente da comprovação da culpa ser sua ou de terceiros, pela simples existência e nexo causal entre o prejuízo e sua atividade;

d) o artigo 129, da Constituição Federal, inclui, entre as funções do Ministério Público, a de promover inquérito civil e propor Ação Civil Pública contra o poluidor, para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos da sociedade. Outras entidades também podem ser autores de Ações Cíveis Públicas: a União, estados, municípios, autarquias, empresas públicas, fundações, sociedades de economia mista e associações que incluam, entre suas finalidades, a proteção do meio ambiente. As condenações judiciais em dinheiro, decorrentes das ações, devem constituir um fundo, visando à recomposição dos bens e interesses lesados (BRASIL, 2002); e

e) para se realizar uma obra ou implantar um empreendimento que seja considerado potencialmente poluidor, torna-se necessário à realização de Estudos de Impacto Ambiental que o mesmo poderá causar.

Dentro desse contexto, acredita-se que, quanto mais abrangente for a legislação, mais preservado estará o meio ambiente. Em razão disso, os legisladores preocuparam-se em estabelecer, na Constituição Federal, a competência de todos os entes federativos, como a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para que esses possam legislar sobre temas ambientais e atuar na proteção e na defesa do meio ambiente. Todavia, a participação de todos as entidades federativas, poderá em alguns casos, criar conflitos entre leis de diferentes instâncias. Neste caso aplicar-se-á a legislação mais restritiva.

2.4.1 Legislação ambiental federal

Em nível federal, a legislação ambiental está estruturada por meio de leis ordinárias, decretos e resoluções do CONAMA, dentre outras. Veja-se abaixo, os principais diplomas legais:

| Data | Legislação Ambiental Federal |
|----------|--|
| 15/09/65 | Lei 4.771 – Lei das Florestas |
| 03/01/67 | Lei 5.197 – Proteção à Fauna |
| 26/09/67 | Lei 5.318 – Política Nacional de Saneamento |
| 03/10/75 | Decreto 76.389 – Prevenção e Controle de Poluição Industrial |
| 14/10/75 | Decreto-Lei 1.413 – Controle de Poluição |
| 16/10/75 | Decreto 76.470 – Programa Nacional de Conservação dos Solos |
| 19/01/77 | Decreto 3 – Poluição Ambiental |
| 02/07/80 | Lei 6.803 – Lei de Zoneamento Industrial nas Áreas Críticas de Poluição |
| 27/04/81 | Lei 6.902 – Lei da Área de Proteção Ambiental |
| 31/08/81 | Lei 6.938 – Lei da Política Nacional de Meio Ambiente |
| 24/07/85 | Lei 7.347 – Lei da Ação Civil Pública |
| 23/01/86 | Resolução do CONAMA 001 – Impacto Ambiental |
| 15/06/88 | Resolução do CONAMA 006 – Resíduos |
| 05/10/88 | Constituição Federal – Capítulo VI – Do Meio Ambiente, Artigo 225 |
| 22/02/89 | Lei que criou o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis e do Meio Ambiente - IBAMA |
| 10/07/89 | Lei 7.802 – Lei dos Agrotóxicos |
| 18/07/89 | Lei 7.804 – Crime Ecológico |
| 15/01/91 | Lei 8.171 – Lei da Política Agrícola |
| 08/01/97 | Lei 9.433 – Políticas Nacional dos Recursos Hídricos (Lei das Águas) |
| 12/02/98 | Lei 9.605 – Lei de Crimes Ambientais |
| 27/05/98 | Lei 9.649 – Regulamenta o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal |
| 27/04/99 | Lei 9.795 – Política Nacional de Educação Ambiental |
| 17/07/00 | Lei 9.984 – Criação da Agência Nacional das Águas |

Quadro 1 - Legislação Ambiental Federal.

Fonte: Da Silva (2005).

Com base no Quadro 1, é importante que se faça alguns esclarecimento de seus instrumentos legais.

A Lei 4.771 - Lei das Florestas determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória) uma faixa de 30 a 500 metros nas margens dos rios, de lagos e de reservatórios, além dos topos de morro, encostas com declividade superior a 45 graus e local acima de 1.800 metros de altitude. Também exige que propriedades rurais da região sudeste do país preservem 20% da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada em cartório de registro de imóveis.

A Lei 5.197 - Lei da Fauna Silvestre classifica como crime o uso, perseguição, apanha de animais silvestres, caça profissional, comércio de espécies de fauna silvestre e produtos derivados de sua caça, além de proibir a introdução de espécie exótica (importada) e a caça amadorística sem autorização do Ibama. Criminaliza também a exportação de peles e couros de anfíbios répteis em bruto.

Com relação ao licenciamento ambiental, há três tipos de licenças:

a) Licença Prévia (LAP): concedida na fase preliminar, quando há o planejamento do empreendimento ou da atividade, desde que contenha requisitos básicos a serem atendidos nas fases de localização, instalação e operação. Nesta etapa deve ser entregue ao órgão ambiental o Estudo de Impacto Ambiental (EIA);

b) Licença de Instalação (LAI): expedida quando há a autorização de implantação do empreendimento ou da atividade, baseando-se nas condições e restrições declaradas na LAP e demais exigências impostas pelo órgão ambiental; e

c) Licença de Operação (LAO): emitida depois de realizadas as verificações necessárias, autorizando o início do empreendimento ou da atividade e o funcionamento de seus equipamentos de controle de poluição.

Já a Lei 7.735 - Lei que criou o Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais Renováveis e do Meio Ambiente - IBAMA, é uma autarquia federal de regime especial, dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, com a finalidade de assessorá-lo na formulação e coordenação da política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional dos recursos naturais. A mencionada Lei atribuiu ao IBAMA a tarefa de executar e fazer executar essas políticas.

A Lei 7.802 - Lei de Agrotóxicos, regulamenta desde a pesquisa e fabricação dos agrotóxicos até sua comercialização, aplicação, controle, fiscalização e também o destino da embalagem.

A Lei 8.171 - Lei da Política Agrícola coloca a proteção do meio ambiente entre seus objetivos como um de seus instrumentos. Define que o poder público deve disciplinar e fiscalizar o uso racional do solo, água, da fauna e da flora; realizar zoneamentos agroecológicos para ordenar a ocupação de diversas

atividades produtivas, desenvolver programas de educação ambiental, fomentar a produção de mudas de espécie nativas, entre outros.

A Lei 9.433 - Lei de Recursos Hídricos institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos. Define a água como recurso natural limitado, dotado de valor econômico, que pode ter usos múltiplos (consumo humano, produção de energia, transporte, lançamento de esgotos). A Lei prevê também a criação do Sistema Nacional de Informação sobre Recursos Hídricos para a coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos e fatores intervenientes em sua gestão.

A Lei 9.605 - Lei de Crimes Ambientais, regulamentada pelo Decreto 3.179, é classificada como uma das mais rigorosas, já que define a responsabilidade da pessoa jurídica, inclusive penal, podendo transferir o patrimônio da organização para o Patrimônio Penitenciário Nacional. Em função disso, nenhuma Lei ambiental merece tanto destaque no mundo empresarial. Na própria Lei, é estabelecido o valor da multa, que pode variar de 50 reais a 50 milhões de reais, dependendo de três aspectos: a significância do dano ambiental provocado, os antecedentes do infrator e sua situação econômica. Nesta Lei, agredir o meio ambiente não é contravenção, é crime. Para fazer denúncias o cidadão brasileiro pode contar com o IBAMA e com o Ministério Público Federal.

A Lei 9.649 regulamenta o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

Vale mencionar que, para o desenvolvimento das Legislações Estadual e Municipal, deve ser levada em conta a Legislação Federal, o que não impede que essas sejam de caráter mais restritivo.

2.4.2 Legislação ambiental estadual

Em Santa Catarina o órgão responsável pela preservação do meio ambiente é a Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA, que foi criada pelo Decreto N/GGE n. 662, de 30 de julho de 1975, e tem como missão maior garantir a preservação dos recursos naturais do Estado de Santa Catarina. A FATMA é composta por uma sede administrativa, localizada em Florianópolis, oito

coordenadorias regionais (Blumenau, Criciúma, Joinville, Chapecó, Lages, Canoinhas, Joaçaba e Tubarão) e um Posto Avançado de Controle Ambiental - PACAM.

A Legislação Ambiental em nível estadual pode ser sintetizada no quadro abaixo:

| Política | Data | Legislação Ambiental Estadual |
|------------|-----------|--|
| Agrícola | 05/11/80 | Decreto N. 12.564 - Atribui à Fundação de Amparo à Tecnologia e ao Meio Ambiente - FATMA, os encargos de agente-delegado para a execução da Lei n. 5.726. |
| Agrícola | 13/12/83 | Decreto 20.842 - Regulamenta a Lei n. 6.288, de 31 de outubro de 1983, que criou o Fundo de Terras de Santa Catarina e dá outras providências. |
| Agrícola | 31/05/88 | Lei n. 7.293 - Dispõe, estabelece princípios, objetivos e mecanismos, sobre a política do Estado de Santa Catarina para a Biotecnologia, e dá outras providências. |
| Florestal | 27/06/90 | Lei n. 7.973 - Regulamenta o plantio de árvores frutíferas, nativas, nas faixas de domínios das rodovias, objetivando a preservação da flora e da fauna do Estado de Santa Catarina. |
| Florestal | 27/1 1/91 | Lei n. 6.410 -Autoriza o Poder Executivo a participar de Consórcio interestadual e dá providências. |
| Agrícola | 17/06/92 | Lei n. 8.676 - Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural, e dá outras providências. |
| Florestal | 10/02/93 | Resolução Conjunta n. 01/95 - Regulamenta o corte, a supressão e exploração de vegetação secundária no estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, no Estado de Santa Catarina. |
| Agrícola | 31/10/93 | Lei n. 6388 - Cria o Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina e dá outras providencias. |
| Agrícola | 30/12/93 | Decreto n. 4.162 -Aprova o Regulamento da Lei Agrícola e Pesqueira de SC. |
| Agrícola | 07/01/94 | Lei n. 9.412 - Dispõe sobre as terras de domínio do Estado e sua atuação no processo de reforma agrária, regularização fundiária e dá outras providências. |
| Florestal | 18/10/94 | Decreto n. 4.909 -Aprova as Normas de Segurança Contra Incêndios e determina outras providências. |
| Agrícola | 07/11/94 | Decreto n. 4.944 - Regulamenta a Lei n. 9.412, de 07 de janeiro de 1994, e dá outras providências. |
| Florestal | 30/07/96 | Portaria Intersetorial n. 01/96 - Dispõe sobre a exploração de florestas nativas, nas áreas cobertas por vegetação primária ou secundária nos estágios avançados e médio de regeneração no Estado de Santa Catarina. |
| Florestal | 12/08/97 | Lei n° 10.472 - Dispõe sobre a política florestal do Estado de Santa Catarina e adota outras providências. |
| Agrícola | 21/08/97 | Decreto n. 2.133 - Homologa tombamento de imóveis. |
| Florestal | 07/12/98 | Lei n. 10.975 - Acrescenta parágrafo ao art. 13 da Lei n. 10.472, de 12 de agosto de 1997, que dispõe sobre política florestal do Estado de Santa Catarina. |
| Agrotóxico | 29/12/98 | Lei n. 11.069 - Dispõe sobre o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins no território do Estado de Santa Catarina e adotam outras providencias. |
| Florestal | 13/10/00 | Decreto n. 1.710 -Cria o Comitê Estadual da reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado de Santa Catarina. |
| Agrícola | 12/12/00 | Lei n. 11.634 - Dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo à Produção Agroecológica. |
| Agrotóxico | 12/12/00 | Decreto n. 1.900 - Regulamenta a Lei n. 11.069, de 29 de dezembro de 1998, que estabelece o controle da produção, comércio, uso, consumo, transporte e armazenamento de agrotóxicos, seus componentes e afins no território catarinense. |
| Florestal | 20/1 1/01 | Decreto n. 3.048 - institui a Comissão Interinstitucional de Conservação e Produção Florestal do Estado de Santa Catarina, e dá outras providencias. |
| Florestal | 24/10/02 | Decreto n. 5.385 - Regulamenta o Parágrafo Único do art. 20 da Lei n. 10.472, de 12 de agosto de 1997, que dispõe a política florestal do Estado de Santa Catarina. |
| Florestal | 08/11/02 | Portaria Intersetorial SDM/FATMA n. 01/2002 - Dispõe sobre a exploração e a supressão de produtos florestais nativos no Estado de Santa Catarina. |
| Florestal | 14/05/03 | Portaria Intersetorial SAR/SDS n. 017/2003. |

Quadro 2 - Legislação Ambiental Estadual (SC).

Fonte: FATMA (2006).

Para cumprir sua missão, a FATMA utiliza-se dos seguintes recursos abaixo relacionados:

- a) da gestão de cinco Unidades de Conservação Estaduais;
- b) da Fiscalização;
- c) do Licenciamento Ambiental;
- d) do Programa de Prevenção e Atendimento a Acidentes com Cargas Perigosas;
- e) do Geoprocessamento;
- f) de Estudos e Pesquisas Ambientais; e
- g) da Pesquisa da Balneabilidade.

Resumida a legislação ambiental estadual, é interessante frisar que a formulação da legislação ambiental municipal deverá levar em consideração as legislações ambientais federais e estaduais.

2.4.3 Legislação ambiental municipal

As legislações são elaboradas observando-se as atividades executadas pelas empresas instaladas nas respectivas jurisdições e, também, as questões geográficas locais. Desse modo, cada município dispõe de legislação própria, desenvolvida com a finalidade de cumprir a lei maior.

De acordo com o Capítulo VI, Art. 134 da Constituição Federal, incumbe ao Poder Público Municipal, em conjunto com outros Poderes, ou isoladamente; assegurar a defesa e preservação do meio ambiente (BRASIL, 2002):

- a) fiscalizar e zelar pela utilização racional e sustentada dos recursos naturais;
- b) proteger e restaurar a diversidade e a integridade do patrimônio genético, biológico, ecológico, paisagístico, histórico, paleontológico e arquitetônico;
- c) implantar sistemas de áreas de preservação representativo de todos os ecossistemas originais do espaço territorial do Município, vedada qualquer utilização ou atividade que comprometa seus atributos essenciais;
- d) proteger e preservar a fauna e a flora, em especial as espécies ameaçadas de extinção, as vulneráveis ou raras, assegurando sua preservação e reprodução;
- e) estimular e promover o reflorestamento heterogêneo com espécies nativas

em áreas degradadas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos, bem como a consecução de índices mínimos de cobertura vegetal;

f) controlar e fiscalizar em conjunto com os órgãos Estadual e Federal, a produção, a estocagem, o transporte, a comercialização e a utilização de técnicas, métodos e instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, incluindo materiais geneticamente alterados pela ação humana e fontes de radioatividade, som, calor e outras;

g) condicionar a implantação de instalações ou atividades efetivas ou potencialmente causadoras de alterações significativas do meio ambiente, à prévia elaboração de estudos de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

h) garantir o amplo acesso dos interessados à informações sobre as fontes e causas da poluição e da degradação ambiental;

i) informar sistematicamente a população sobre os níveis de poluição, a qualidade do meio ambiente, as situações de risco de acidentes e a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde na água, nos alimentos, no ar e no solo;

j) impetrar ações judiciais e instaurar processo administrativo por responsabilidade civil e criminal do proprietário e profissional responsável pela poluição ou degradação ambiental, obrigando-os, além das sanções que sofrerem, a repararem o dano causado, vedada a concessão de incentivos fiscais ou facilidades de qualquer espécie às atividades que desrespeitarem as normas e padrões de proteção ambiental;

l) buscar a integração das universidades, centros de pesquisa, associações civis, organizações sindicais nos esforços para garantir e aprimorar o controle da poluição, inclusive no ambiente de trabalho;

m) estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia alternativa não poluente, bem como, de tecnologias poupadoras de energia;

n) acompanhar e fiscalizar as atividades de exploração de recursos naturais concedidos pela União ou pelo Estado no território do Município especialmente os hídricos e minerais; e

o) implementar política setorial visando à coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos urbanos, com ênfase nos processos que envolvam sua reciclagem.

Portanto, o Poder Público Municipal possui diversas funções para proteger o meio ambiente, porém a sociedade não exige que essas leis sejam cumpridas, seja por falta de interesse ou por falta de conhecimento. A impunidade e a fiscalização mal feita ainda é um fator que beneficia os agressores do meio ambiente.

Em virtude disso, é necessário conscientizar a população como um todo e expandir a questão de educação ambiental.

2.5 Educação ambiental

Paralelamente a uma crise ambiental, vive-se hoje, uma crise de consciência. Uma das formas de superar essa crise chama-se educação ambiental.

A educação ambiental é um processo contínuo, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência de seu ambiente e adquirem condições e habilidades para enfrentar o desafio de repensar o modelo de desenvolvimento em um regime de sustentabilidade ambiental. (SOUZA; SOARES, 2006).

Por meio da educação ambiental é possível mudar o estilo de vida, mudar a ética global, resgatar novos valores que viabilizam o desenvolvimento sustentável.

Conforme Souza e Soares (2006), o desenvolvimento sustentável é um modelo de relação do homem com o meio ambiente de maneira a compatibilizar o atendimento das necessidades sociais e econômicas da humanidade com as necessidades de preservação do ambiente e dos recursos naturais sem comprometer a vida na Terra, principalmente desejando que esta vida seja saudavelmente participada pelas gerações presentes e futuras.

Souza e Soares (2006 p. 15), complementam dizendo:

só será possível acelerar a reversão do processo de auto-destruição ambiental humana, se conseguirmos, na velocidade dos fluxos das informações e das atitudes, via redes sociais e poderes de decisão, articular os níveis local e global tendo em vista a efetivação desse projeto coletivo de amplitude mundial.

As pessoas precisam se conscientizar, o governo deve criar impostos sobre o uso do carbono e enxofre, iniciar o que alguns especialistas chamam de era do hidrogênio como alternativa ao petróleo, ampliar e incentivar o uso do transporte

coletivo fazer valer os tratados ambientais internacionais, acelerar e investir em fontes alternativas de energia e principalmente investir em educação.

2.6 Gestão ambiental

Coimbra (1985 *apud* KNUTH, 2001 p. 07) afirma que:

o meio ambiente é o conjunto dos elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o Homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidade definidos.

Os problemas que envolvem o meio ambiente têm aumentado gradativamente, e o contexto atual das empresas tem passado por um processo de grandes mudanças em função destes novos paradigmas. As organizações que eram vistas como instituições econômicas, responsáveis somente por problemas como o que produzir e para quem produzir, estão se deparando com novas atitudes que surgem em decorrência das modificações do ambiente em que estão inseridas.

De acordo com Valle (2002, p.69)

a gestão ambiental consiste em um conjunto de medidas e procedimentos bem definidos que, se adequadamente aplicados, permitem reduzir e controlar os impactos introduzidos por um empreendimento sobre o meio ambiente.

A gestão ambiental exige um maior comprometimento por parte da alta administração na formulação de uma política ambiental, a qual é responsável pela *alocação das atividades da empresa em relação ao meio ambiente*; Valle (2002) diz que a política ambiental é uma maneira da organização expor o seu respeito ao meio ambiente e sua contribuição para a solução dos problemas ambientais.

Tachizawa (2001 *apud* COSTA, 2005 p. 24) afirma que a gestão ambiental é motivada por uma ética ecológica e por uma preocupação com o bem estar das

futuras gerações, sendo que o ponto de partida é uma mudança de valores na cultura empresarial.

Sabe-se que não é uma tarefa fácil implantar uma nova gestão voltada para novos valores, contudo a preocupação com o meio ambiente e com a questão econômica deve compartilhar do mesmo objetivo, resultando em benefícios para a empresa e para o meio ambiente.

Conforme Costa (2005 p. 24):

uma empresa ambientalmente saudável é determinada pela qualidade do processo de produção e pelos produtos que fabrica, sendo obtidos de matéria-prima recicláveis que não agredem o meio ambiente e consomem pouca energia; portanto há a necessidade de se planejar e organizar os procedimentos para a inserção da variável ambiental na empresa para atingir o conceito de excelência ambiental.

Elkingtn e Burke (1989 *apud* DONAIRE, 1999, p.50) apresentam os dez passos para essa excelência:

- a) desenvolva e publique uma política ambiental;
- b) estabeleça metas e continue a avaliar os ganhos;
- c) defina claramente as responsabilidades ambientais de cada uma das áreas e do pessoal administrativo;
- d) divulgue interna e externamente a política, os objetivos e metas e as responsabilidades;
- e) obtenha recursos adequados;
- f) eduque e treine seu pessoal e informe seus consumidores e a comunidade;
- g) acompanhe a situação ambiental da empresa e faça auditorias e relatórios;
- h) acompanhe a evolução da discussão sobre a questão ambiental;
- i) contribua para os programas ambientais da comunidade e invista em pesquisa e desenvolvimento aplicados à área ambiental; e
- j) ajude a conciliar os diferentes interesses existentes entre todos os envolvidos: empresa, consumidores, comunidade, acionistas, etc.

Dentre os principais motivos para a proteção ambiental na empresa, Donaire (1999) ressalta o sentido de responsabilidade ecológica, os requisitos legais,

salvaguarda da empresa, a proteção do pessoal, a pressão do mercado, qualidade de vida e o lucro.

Costa (2005, p. 25) complementa dizendo:

as tendências de preservação ambiental e ecológica por parte das organizações devem ser permanentes e definitivas, onde os resultados econômicos dependem das decisões empresariais que levam em conta que não há conflito entre lucratividade e questão ambiental; o movimento ambientalista cresce em escala mundial, *clientes e comunidade em geral passam a valorizar cada vez mais a proteção do meio ambiente*. As organizações que tomarem decisões estratégicas integradas ao meio ambiente, conseguirão significativas vantagens competitivas, como redução de custos e incremento nos lucros.

Para Donaire (1999), as práticas de gestão ambiental visam atingir várias metas, dentre elas, o aumento da qualidade dos produtos, o aumento da competitividade das exportações, atender o consumidor com preocupações ambientais, atender à reivindicação da comunidade, atender à pressão de organização não governamental ambientalista, estar em conformidade com a política social da empresa e *melhorar a imagem perante a sociedade; portanto, o quanto antes as empresas pensarem no meio ambiente como seu principal desafio e como oportunidade competitiva, maior será a chance de sobrevivência*.

2.6.1 Sistema de gestão ambiental (SGA)

Sob esta perspectiva, a NBR ISO 14001 (ABNT, 1996), Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é:

a parte do sistema de gestão global que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recurso para desenvolver, implementar, atingir e analisar criticamente e manter a política ambiental.

Para Maimon (1996) SGA pode ser definido como um conjunto de procedimentos para administrar uma organização, de forma a obter o melhor relacionamento com o meio ambiente. Portanto, a essência de um Sistema de

Gestão Ambiental está voltada para uma adequada e eficiente gestão que está preocupada com os possíveis impactos que podem causar ao meio ambiente.

Para iniciar a implantação de um SGA, primeiro deve-se verificar o posicionamento da empresa em relação ao desafio ambiental; envolvendo a identificação dos pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças.

Donaire (1999, *apud* COSTA, 2005) considera pontos fortes os produtos ambientalmente saudáveis, os processos produtivos que economizam recursos e não provocam riscos ao ambiente, a imagem corporativa em relação a causa ambiental, e a capacidade da área de P&D para tecnologias e produtos "limpos".

Os pontos fracos são os produtos que não podem ser reciclados, os processos poluentes, os efluentes perigosos, a imagem poluidora, e o pessoal não engajado na questão ambiental.

Moura (2000) apresenta três conjuntos de atividades a ser cumprida para a implantação de um SGA, o primeiro é a análise da situação atual da empresa, o qual verifica o desempenho atual da organização quanto aos seus produtos, serviços prestados e sistemas de produção; o segundo conjunto é o estabelecimento de metas, onde a empresa delimita onde pretende chegar; e por último o estabelecimento de métodos, responsável pela definição das diretrizes que indicarão como chegar.

Já Maimon (1996) sugere a seguinte seqüência de implantação de um SGA obedecendo a norma ISO 14001: revisão ambiental inicial ou avaliação ambiental inicial; política ambiental; planejamento; implementação e operação; monitoramento e ações corretivas; e revisões no gerenciamento. Assim, juntando estas duas definições percebe-se que a implementação de um SGA é a aplicação de conceitos e técnicas de Administração, voltadas para as questões ambientais.

Maimon (1996) classifica as vantagens da implantação de um SGA em vantagens para a sociedade, por meio da melhoria da qualidade de vida com a redução de impactos ambientais e da minimização do custo de controle e de fiscalização; e em vantagens para as empresas, em termos organizacionais, quando a questão ambiental passa a ser considerada no planejamento estratégico, na produção, na distribuição e na disposição final do produto, em mudança comportamental, na redução de custos por meio da eliminação de desperdícios da alocação dos recursos naturais; e por fim como vantagem competitiva exposta na imagem da empresa.

Reis e Queiroz (2002) apresentam dez benefícios decorrentes da implantação de um Sistema de Gestão Ambiental:

- a) demonstrar aos clientes o comprometimento com a gestão ambiental;
- b) manter ou melhorar as relações com a comunidade e público em geral;
- c) facilitar o acesso a novos investimentos;
- d) obter diminuição dos custos de seguro;
- e) melhoria da imagem da empresa e aumento do *market share*;
- f) melhoria do controle de custos;
- g) diminuição de custos via redução de desperdícios de fatores produtivos;
- h) redução e/ou eliminação dos impactos negativos;
- i) cumprimento da legislação ambiental aplicável; e
- j) redução do número de auditorias.

A partir destas questões pode-se elaborar e estabelecer um plano em que a estratégia ambiental da empresa progrida de forma que o planejamento, a organização, a direção e o controle da empresa considere com a mesma atenção os resultados econômicos, financeiros e ambientais; confirmando que a adoção de um SGA proporciona uma significativa vantagem competitiva para as organizações que procuram assegurar sua participação no mercado.

Assim, Rodrigues *et al.* (2002, p.31) afirmam:

A implementação de um SGA completo, aquele no qual os funcionários têm as preocupações com as questões ambientais presentes no seu cotidiano, leva uma reflexão crítica e contínua, a qual reforça a idéia de que a organização não é um fim em si próprio e que precisa considerar interesses que vão além dos ganhos de lucratividade e competitividade.

Para um seguro e eficiente SGA, as normas ambientais surgem com o propósito de certificar o envolvimento do processo organizacional diante as questões ambientais.

2.7 Responsabilidade social

A busca de alternativas para garantir crescimento e sobrevivência no mercado de alta competitividade tem estado permanentemente na agenda dos gestores organizacionais. É crescente a utilização de estratégias e processos que melhor traduzam, junto com o lucro, a sensibilidade e sintonia das organizações para as necessidades de seus clientes internos e externos, relativamente a questões de qualidade de produtos ou serviços oferecidos; à proteção e uso adequado de recursos do meio ambiente natural; a relações éticas e justas para com trabalhadores, fornecedores e governos, como indicadores que retratam a responsabilidade social da organização para com a comunidade da qual sofre e exerce influências (ASHLEY, 2002).

Para Karkotli (2006, p. 41) “as organizações decididas a assumir suas responsabilidades sociais defrontam-se, principalmente, com o problema de como determinar e avaliar o seu desempenho social, seja para efeitos de diagnóstico, seja para acompanhamento das atividades ou para avaliação de resultados”.

Segundo Karkotli (2006) com a necessidade de definirem suas estratégias operacionais, planejar as atividades que têm a desempenhar para a produção do bem ou do serviço, coordenar esforços e os recursos disponíveis para atingir os resultados pré-definidos, as empresas precisam, ainda, gerar valor e benefícios sociais para a comunidade onde estão inseridas. Assim, a necessidade de elaboração do planejamento, desde então, assume uma fundamental importância para as organizações que procuram uma atuação socialmente responsável.

Para Thompson Jr. e Strickland (2000 *apud* KARKOTLI, 2006), o plano estratégico de uma organização constitui-se do desenvolvimento da missão e visão estratégicas, do estabelecimento de objetivos de curto, médio e longo prazo, bem como das mudanças competitivas e as abordagens de ação interna que devem ser utilizadas para atingir os resultados programados.

Assim, conforme Karkotli (2006, p.42):

o desenvolvimento de planejamento com ênfase na responsabilidade social requer uma mudança bastante significativa na filosofia e na prática gerencial da maioria das organizações, sejam elas públicas ou privadas. Isso faz o empreendimento organizacional passar, necessariamente, por uma fase de mudanças culturais e gerenciais, para possibilitar novas formas de atuação, comportamentos e comunicação, além de novas técnicas e práticas de planejamento, controle e avaliação organizacional e social.

O planejamento desenvolve funções importantes para a gestão das organizações, que Figueiredo e Caggiano (1992, *apud* KARKOTLI, 2006, p. 42) identificam como:

a) **Estratégica:** seu foco é voltado para fatores do ambiente externo da organização, entre eles o posicionamento da empresa no setor, a competitividade. Considera, na análise do ambiente, tanto o ambiente interno como o externo da organização, identificando as ameaças e oportunidades.

b) **Gerencial:** tem o foco mais direcionado para aspectos internos da organização, como identificação dos pontos fortes e fracos da empresa para competir com os concorrentes, investigação sobre as formas de influenciar o comportamento dos empregados para alcançar os objetivos e as metas estabelecidos. Sua principal função é verificar se os objetivos organizacionais estão sendo colocados em prática.

c) **Operacional:** ocupa-se em assegurar que as tarefas definidas no plano estratégico para que sejam colocadas em prática.

Conforme se observa, a implementação dos programas e iniciativas que revelem a responsabilidade social das organizações deve incluir o planejamento, desde um diagnóstico inicial da situação em que se encontra a empresa até a proposição final do conjunto de ações que pretende ver implantado. Com isso a organização assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos.

Além disso, Fonte (2001, *apud* KARKOTLI, 2006, p. 44) complementa que o social não pode ser visto como um mero gasto, mas como um importante investimento. Isso principalmente quando estiver vinculado à promoção do desenvolvimento humano e social.

Assim, numa visão geral, responsabilidade social corporativa é toda e qualquer ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, possibilitando que as organizações demonstrem toda sua preocupação por meio de significativos projetos sociais.

Um fator a considerar, no entanto, é que a atuação responsável nem sempre é um ato voluntário das empresas. Comportamento socialmente responsável, por ações fiscalizadoras e também pela imagem da empresa que para o bem ou para o mal se projeta para os diferentes públicos.

2.7.1 Responsabilidade social empresarial

Segundo Mattioli (2003 *apud* KARKOTLI, 2006 p. 53)

a responsabilidade social das empresas está intimamente ligada às obrigações que a empresa tem para com a sociedade na qual elas atuam. Esta relação de compromisso para com a sociedade fica mais acentuada quando se trata do consumidor. Este participante ativo na vida das empresas - é o destinatário final do produto - além de exigente está, hoje em dia, mais consciente de seu papel na sociedade. Por esta razão, questiona o ciclo produtivo, a atuação dos sócios e a cidadania corporativa, preferindo, por exemplo, adquirir um produto mais caro, por saber que ele não é o resultado de mão-de-obra infantil ou de concorrência desleal.

Desta maneira Karkotli (2006) diz que estas obrigações e questões decorrentes da responsabilidade social das empresas podem ser agrupadas da seguinte forma:

a) Obrigações para com o desenvolvimento. Tais obrigações nascem do impacto das empresas nas metas de desenvolvimento econômico dos países nos quais elas operam, que pode ser positivo ou negativo. Neste sentido, alguns países pedem às empresas que observem e respeitem sua política de desenvolvimento. Da mesma forma, instrumentos não-governamentais também têm ressaltado a necessidade das empresas operarem de acordo com esta política.

b) Obrigações sociopolíticas. Abrange a obrigação das empresas em não participar do processo político nos países em que atuam, em respeitar a soberania e sua integridade cultural e cooperar com a política econômica e social. Estas obrigações estão incluídas em vários códigos de conduta de multinacionais, elaborados durante a década de 1970, em resposta à ameaça que tais empresas representavam à soberania e independência dos países onde atuavam, em razão do poder que detinham.

c) Proteção do consumidor. Com o crescimento dos negócios em nível internacional, as questões de consumo, por sua vez, também passaram a ter um caráter internacional, abrangendo tópicos relacionados ao *marketing*, *embalagem*, *vendas* e *segurança*. Como resposta, organizações intergovernamentais desenvolveram uma nova área dedicada, exclusivamente, às relações de consumo, bem como criaram códigos de conduta - com a colaboração de especialistas, empresas, sociedade civil e outras partes interessadas - para lidar com o possível dano que a atividade empresarial poderia gerar para o consumidor.

De acordo com Karkotli (2006), na medida em que os negócios atravessam fronteiras, em busca de novos mercados e de novos consumidores, problemas relacionados às práticas de boa governança em relação ao consumidor aumentam. Esta questão pode se tornar mais relevante no contexto de países menos desenvolvidos que podem não ter os recursos necessários ou a estrutura regulatória adequada para lidar, efetivamente, com tais problemas.

O resultado pode ser o aumento do risco de abuso dos direitos do consumidor. Em tais circunstâncias, são necessárias medidas de ações coordenadas, bem como a *harmonização de padrões de proteção de consumo que vão além das fronteiras*.

Nesse sentido, conforme Melo (2001 *apud* KARKOTLI, 2006, p. 61), é necessário superar o entendimento mais imediato de que a responsabilidade social corporativa está ligada às estratégias e práticas voltadas e identificada com o engajamento da organização por meio de ações no âmbito da caridade ou investimentos em projetos sociais. Muito mais que isso, a responsabilidade social que a organização tem por obrigação pode ser identificada através de múltiplos aspectos, entre os quais destacam-se:

a) gerar valor para seus agentes internos - proprietários, investidores e colaboradores para que, em primeiro lugar, se justifiquem os recursos financeiros, humanos e materiais utilizados pelo empreendimento;

b) gerar valor para a sociedade, nela identificados, governos, consumidores e o mercado como um todo, disponibilizando bens ou serviços adequados, seguros e de algum significado para melhorar a vida das pessoas;

c) prestar informações confiáveis;

d) promover comunicação eficaz e transparente para com colaboradores e agentes externos;

e) recolher tributos devidos;

f) racionalizar, ao máximo, a utilização de recursos naturais e adotar medidas de proteção e preservação do meio ambiente;

g) incentivar a participação de dirigentes e colaboradores, enquanto cidadãos, na solução de problemas da comunidade;

h) formar parcerias com outros organismos, de governos e da sociedade civil, para identificar deficiências e promover o desenvolvimento da comunidade onde está instalada; e

i) transacionar de forma ética em toda a cadeia de relacionamento e outras partes interessadas como fornecedores, colaboradores, clientes, entidades associativas e representativas, governos, entre outros.

A gestão de uma organização que determina-se pela adoção das práticas de responsabilidade social caminha mais rapidamente para alcançar uma espécie de cidadania empresarial quando seus direitos e obrigações encontram-se enraizado dentro da empresa.

2.7.2 Responsabilidade social dos bancos comerciais

Os bancos são, por sua natureza, frutos de um sistema que projeta lucros e rentabilidade para as suas atividades. Enquanto públicos, são em sua esfera de atuação responsável pela promoção e desenvolvimento social nas regiões onde estão inseridos.

Entretanto para sua própria manutenção precisam gerar rentabilidade. Enquanto privados, buscam a inserção nas comunidades como forma de expansão, este movimento logicamente sugere a aproximação do banco com a realidade destas comunidades e a necessidade de compartilhar também seus problemas e necessidades.

Desta forma, Karkotli (2006) afirma que os bancos otimizam o seu portfólio de produtos e serviços, com o objetivo de inserir na análise e concessão de crédito questões relevantes como impacto ambiental e melhoria na qualidade de vida das pessoas.

Deste modo, o autor define que o escopo da responsabilidade social na atividade bancária que deve nascer de uma visão profunda da relação entre governo, sociedade, empresas, meio ambiente e as entidades sindicais.

Karkotli (2006) defende que nesta ligação há um ciclo natural integrante de uma cadeia de ligação, uma gestão responsável a ser implementada e um movimento positivo para a construção de relações e parcerias pró-ativas que proporcionem a evolução da sociedade como um todo.

Para o autor, o caminho para uma sociedade sustentável requer uma nova perspectiva sobre o impacto das decisões e ações de todos os agentes sociais e,

mais especificamente, entre os indivíduos, grupos, organizações e instituições que afetam a existência e operação da empresa ou são afetados por ela. O conhecimento das expectativas mútuas é condição essencial para a sustentação de uma orientação estratégica para a responsabilidade social nos negócios.

Para Karkotli (2006, p. 128):

a preocupação em estabelecer sólidos princípios de responsabilidade social nas instituições financeiras, especialmente os bancos, visa projetar o impacto das suas deliberações junto às comunidades mais carentes, seja pela preocupação com o meio ambiente ou pelo cuidado de não liberar recursos para empresas que utilizam mão-de-obra infantil nas suas atividades, pois os bancos lidam com um produto importante na vida das pessoas, famílias e empresas: o dinheiro e seu valor, o que pela sua composição afeta, sensivelmente, toda a sociedade.

Neste sentido, Ashley (2002) definiu responsabilidade social como a obrigação do homem de negócios de adotar orientações, tomar decisões e seguir linhas de ação que sejam compatíveis com os fins e valores da sociedade.

O Instituto Ethos define responsabilidade social como a atitude ética da empresa em todas as suas atividades. Diz respeito às interações da empresa com funcionários, fornecedores, clientes, acionistas, governo, concorrentes, meio ambiente e comunidade. Os preceitos da responsabilidade social podem balizar, inclusive, todas as atividades políticas empresariais.

Para Karkotli (2006, p. 129), se os bancos começam a discutir a responsabilidade social nas suas atividades e incluir nas análises de crédito questões abrangentes e relevantes que abordam a responsabilidade social é de se esperar um avanço significativo nas discussões sobre o tema no que tange ao uso responsável do ativo financeiro.

Karkotli (2006, p. 131) afirma:

a ética e a responsabilidade social caminham lado a lado. Na verdade, a ética é o cerne do comportamento socialmente responsável. É a partir da moral e dos valores éticos daqueles que conduzem uma empresa que parte a prática da responsabilidade social corporativa.

Ainda de acordo com Karkotli, a empresa que busca somente os resultados ou as vantagens imediatas é suicida, a responsabilidade em longo prazo é uma necessidade de sobrevivência e neste aspecto a ética constitui um fator importante para os ganhos.

Karkotli (2006, p. 133) afirma:

a empresa que assume a ética como política empresarial vai ter a vantagem de assegurar clientes e, como consequência de médio e longo prazos, incorporará isso ao seu marketing. Mas quem acha que vai usar a ética apenas como vitrine pode se preparar para o fracasso, pois os resultados não são de curtíssimo prazo.

Segundo Karkotli (2006), o artigo 225 da Constituição Federal do Brasil, encerra o dever do poder público preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações, mas também impõe o mesmo dever à coletividade. Inclui-se neste conceito constitucional de coletividade, os bancos, públicos e privados, uma prioridade urgente, pois não se pode admitir que os bancos pretendam estar de fora da coletividade.

A lei da Política Nacional de Meio Ambiente em seus artigos 3º, 12º e 14º criou dispositivos que, aplicados às instituições financeiras, em amplo sentido eleva o financiamento, o crédito, ao nível de instrumento de controle ambiental.

O artigo 3º prevê equivalência na reparação do danos para os poluidores, considerados estes os responsáveis diretos ou indiretos pela atividade causadora da degradação ambiental.

Partindo deste raciocínio, Karkotli (2006) diz que as instituições financeiras podem ser responsabilizadas pelo dano ambiental causado por empresas às quais concederam crédito para realizar obras.

Faz-se necessário, portanto, que a organização busque uma linha de coerência entre o discurso e a prática de suas ações. Que o seu desempenho repercuta o esforço conjunto e contínuo da organização na busca de um diferencial que justifique sua viabilidade, combinando valores como cidadania, preservação ambiental e ética nos negócios.

O investimento em estratégias de análise e abordagens baseadas em sustentabilidade oferece uma oportunidade de liderança única para as empresas, especialmente para os bancos.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, é apresentada a metodologia que foi utilizada na realização deste trabalho e como esta contribuiu para atingir os objetivos propostos. No entanto, para melhor entender a metodologia, a mesma será apresentada em tópicos que estão relacionados à abordagem descritiva e qualitativa da pesquisa, tipo da pesquisa e as técnicas de coletas, os quais permitiram analisar a empresa em seu contexto e as ações empreendidas pela mesma, através da ótica de Responsabilidade Sócio-ambiental.

3.1 Caracterização da pesquisa

Para entender o processo de pesquisa, faz-se necessária a adoção de uma metodologia que permita a devida orientação na busca pelos fatos de forma ordenada.

Para Lakatos e Marconi (1991) método é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar os objetivos – conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho à luz de novos conhecimentos a serem seguidos, detectando erros e auxiliando as decisões do pesquisador.

Desta forma, ao buscar conhecer os fatos relacionados com as questões ambientais que ocorrem dentro do Banco do Brasil S.A., faz-se necessário observar a empresa e sua relação com o meio onde está inserida, tanto no ambiente interno quanto no externo à organização.

A análise dos dados terá uma abordagem qualitativa, em função do tipo de assunto abordado. Esta abordagem não utilizará recursos estatísticos, e sim, se preocupará em evidenciar características, valores e atitudes que não podem ser quantificados.

Godoy (1995, p. 62) cita um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo, tais como: o ambiente natural como fonte direta de dados, o pesquisador como instrumento fundamental e o caráter descritivo.

Desta forma, segundo Richardson *et al.* (1989), a pesquisa qualitativa difere da pesquisa quantitativa à medida que não emprega dados estatísticos como base de análise de um problema.

E, conforme Goldenberg (2000), a preocupação do pesquisador, ao optar pela pesquisa qualitativa, não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, entre outras.

3.2 Tipo da pesquisa

Para um melhor entendimento da pesquisa, optou-se por adotar o critério proposto por Vergara (1997), o qual menciona que os tipos de pesquisa podem ser realizados de acordo com os meios e fins necessários.

3.2.1 Meios

Para qualquer espécie de pesquisa é conveniente uma pesquisa bibliográfica prévia, pois esta levanta situações relacionadas ao estudo em questão, através de livros, revistas, periódicos, redes eletrônicas, entre outros, acessível ao público em geral, porém selecionados para esclarecer e dar base ao processo prático da pesquisa.

Quanto aos meios de investigação o presente estudo caracterizou-se como um estudo de caso e uma pesquisa bibliográfica.

Vergara (1997) afirma que estudo de caso é um tipo de pesquisa circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoas, famílias, produtos, empresas, órgãos públicos, comunidades ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento.

As principais características do estudo de caso, de acordo com Gil (1994) são o profundo e exaustivo estudo de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Este tipo de pesquisa tem como vantagem a flexibilidade na sua execução, por permitir que o pesquisador amplie ou mesmo redirecione seus objetivos, em função da melhor utilização dos dados coletados, estimula novas descobertas, além

de possuir procedimentos mais simples quando comparados com outros métodos de pesquisa.

A pesquisa foi caracterizada como estudo de caso, uma vez que foi efetuado estudo visando caracterizar as ações de Responsabilidade Sócio-ambientais do Banco do Brasil S.A.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada com o intuito de auxiliar o pesquisador, com tudo aquilo que já foi publicado sobre o tema em estudo e que se teve acesso, bem como livros e revistas de administração de empresas e documentos da instituição Banco do Brasil S.A.

3.2.2 Fins

Quanto aos fins, esta pesquisa poderá ser classificada como exploratória e descritiva. Conforme Trivinõs (1995), descritiva é porque pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

De acordo com a visão de Santos (1999), a pesquisa exploratória é a primeira aproximação com o tema e busca a familiaridade com as informações em relação a um fato ou fenômeno.

E, segundo Andrade (1997), no método descritivo, os fatos serão observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira sobre eles.

Quando se diz que uma pesquisa é descritiva, esta tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1994).

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho será diagnosticar as ações de responsabilidade sócio-ambiental no Banco do Brasil S.A.

3.3 Técnicas de análise de dados

Esta etapa da pesquisa é muito importante, pois descreve como os dados da pesquisa foram analisados.

Em vista disso, Vergara (1997, p. 53), “os dados podem ser tratados de forma qualitativa como, por exemplo, codificando-os de forma mais estruturada e analisando-os”.

Portanto, os dados levantados são de cunho qualitativo, pois, não será utilizado recursos estatísticos, todas as informações e ilustrações serão desenvolvidas através dos dados coletados na própria empresa, por meio da entrevista e observação.

A responsabilidade de interpretar e explicar os diversos dados levantados faz parte da avaliação, que visará atingir as questões proposta nos objetivos específicos deste estudo.

3.4 Limitações da pesquisa

As limitações da pesquisa compreendem erros que podem ter ocorrido e as dificuldades encontradas para a realização da mesma.

Durante a pesquisa, todas as dúvidas do pesquisador foram imediatamente sanadas pelos funcionários da empresa, sendo que os mesmos sabiam da importância desta pesquisa e com certeza, não passaram nenhuma informação que não condiziam com a verdade.

O único fator limitante na visão do pesquisador, é que alguns programas realizados na empresa sobre o tema não foram citados pelo fato deles serem realizados somente em pequenas localidades do Brasil e não foram disponibilizadas suas características por parte empresa.

4 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

Neste capítulo será apresentada a instituição Banco do Brasil S.A que possui como missão “ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a Empresa e contribuir para o desenvolvimento do País” e seus principais programas e ações de responsabilidade sócio-ambiental, descrevendo suas características desde sua fundação até os dias de hoje.

4.1 Caracterização da empresa estudada

O Banco do Brasil S.A., Sociedade de Economia Mista, com sede em Brasília (DF), foi criado em 12 de outubro de 1808, através de um alvará do Príncipe com a intenção de fazê-lo instrumento auxiliar da administração pública e proporcionar suporte a manutenção da cúpula monárquica dirigida por Dom João VI.

Como hoje, a instituição destinava-se a atender às necessidades do planejamento financeiro do governo e, também, realizar transações com particulares, firmas e pessoas.

Em 1816, o Banco do Brasil foi autorizado, por lei, a fundar agências na Bahia e em outras cidades do Reino do Brasil, com poderes para emitir dinheiro em notas, tal como fazia no Rio de Janeiro. O sistema tão temido do papel-moeda se propagava pelo País, sob a garantia do Banco. Garantia na verdade ilusória porque, com a precária situação financeira do governo, o Banco não tinha condições para evitar a desvalorização das suas notas, que não representavam uma produção econômica em progresso. A agência da Bahia só começou a funcionar em 1818 e a de São Paulo, em 1820 (BANCO DO BRASIL, 2006).

No Rio de Janeiro, durante o período do Brasil-Reino (1815-1822), a instituição, com os fundos de que ainda dispunha, contribuiu muito para a transformação e o progresso da cidade. Financiou a construção do primeiro edifício da Bolsa, ainda hoje existente, o antigo Teatro São João, a Chefia da Polícia, entre outros melhoramentos. Outro campo em que o Banco colaborou com o Reino foi o da política externa, especialmente na parte referente à Argentina e ao Uruguai.

Já em 1838 surgiu o Banco Comercial do Rio de Janeiro, que passou a conviver com casas bancárias informais, caixas econômicas de instalação arbitrária ou variada e agiotagem particular. Surgiram outros Bancos estaduais, na Bahia, em 1843, no Maranhão em 1846 e no Pará, em 1847 (BANCO DO BRASIL, 2006).

Em 1851, o ativo empresário Irineu Evangelista de Souza, Barão de Mauá, que imprimia ritmo dinâmico à economia brasileira, trazendo para cá os benefícios da *Revolução Industrial Européia*, juntou-se a outros capitalistas e fundou um novo banco, sem ingerência do governo, com um capital apreciável para a época. Em agosto do mesmo ano, o governo aprovou os estatutos e o novo banco começou a funcionar com o nome de Banco do Brasil.

Em 1853, por iniciativa do Visconde de Itaboraí, o governo aprovou a proposta de fusão do Banco de Mauá com o Banco Comercial do Rio de Janeiro, gerando um novo Banco do Brasil, de economia mista (BANCO DO BRASIL, 2006).

Numa época de economia florescente (1850 a 1860), essa instituição começou a funcionar a todo vapor. Passou pelas crises de 1846, resistiu aos abalos da economia com a guerra do Paraguai (1869), superou a crise que se seguiu à abolição da escravidão (1888), que provocou uma baixa geral nas garantias das operações bancárias e resgatou o poder do papel-moeda para a República (1889 a 1893). Em 1890, as emissões passaram a ser feitas por vários bancos, o que gerou uma nova crise, conhecida como "encilhamento".

Em 16 de outubro de 1900, um acordo entre os acionistas e o governo transferiu para este a responsabilidade pela administração de todo o patrimônio social privado. Com plenos poderes sobre a Instituição, o governo administrou o Banco em total obscuridade. Não divulgava relatórios, balanços, não distribuía dividendos e nem lavrava atas de reuniões.

Tal situação durou até 1905, quando os acionistas reuniram-se e obtiveram do Ministro da Fazenda um plano de reorganização da administração. Acordadas as partes, o governo aprovou em decreto as novas propostas e uma nova composição da assembléia dos acionistas. O Banco do Brasil que passou a existir em 1906 tinha o perfil acionário que conserva até hoje (BANCO DO BRASIL, 2006).

A partir de 1930, a expansão do Banco do Brasil concentrou-se mais no interior, por força do estímulo que o crédito agrícola proporcionava. Assim, o Brasil começou a transformar-se num país onde a agricultura, de subsistência e

rudimentar, cedia lugar a projetos agrícolas mais racionais e com alto índice de produtividade.

Outro reflexo dessa atuação foi a contribuição à expansão da fronteira agrícola do país. Até a década de 50, a agricultura estava regionalizada em estados tradicionais como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A atuação do Banco, através da CREA (Crédito Agrícola Institucional), foi decisiva para a expansão da fronteira agrícola para todas as regiões do país.

Em 1944 e 1945, a instituição fez-se presente na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, para prestar serviços bancários junto às tropas combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

A Reforma Bancária de 1964, sancionada em 1965, criou o Conselho Monetário Nacional e extinguiu a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) do Banco do Brasil, criando em seu lugar o Banco Central da República do Brasil, que incorporou a Carteira de Redescontos e a Caixa de Mobilização Bancária do Banco do Brasil, além de assumir algumas funções controladoras antes atribuídas à Carteira de Câmbio (BANCO DO BRASIL, 2006).

Em 1986, o Banco do Brasil passa por outra mudança substancial. Perde a conta movimento do governo e ganha o direito de atuar com mais liberdade no mercado, buscando os recursos de que necessita para cumprir sua função.

Assim, depois de ser autorizado a operar com Fundo de Ações e Fundo de Renda Fixa, tem ampliado seu leque de oferta aos clientes. Surgem a poupança-ouro, venda de ouro metal, fundo de curto prazo. Começam a funcionar também as subsidiárias BB-Leasing, BB-Financeira, BB-Corretora de Seguros, BB-Administradora de Cartões de Crédito, Brasilcap e Brasilprev.

Em 2003, o Banco do Brasil obteve um lucro líquido de R\$ 2,4 bilhões, 17,4% superior ao obtido em 2002, dando continuidade aos crescentes desempenhos dos anos passados. Foi criado o Banco Popular do Brasil, objetivando a inclusão bancária da população de menor renda. Foi criada também a BB Administradora de Consórcios S.A., para oferecer aos clientes mais uma opção de acesso a bens móveis duráveis e serviços (BANCO DO BRASIL, 2006).

Em 2004, o Banco do Brasil faz uma emissão privada de ações para custear a aquisição e cancelamento, em oferta pública, dos bônus de subscrição ainda em circulação. A instituição atingiu naquele ano, a marca de 20 milhões de clientes pessoa física e contabiliza lucro líquido de R\$ 3,024 bilhões.

O Banco do Brasil contava, ao final do ano de 2005, com 82.879 funcionários, 64,3% do sexo masculino e 35,7% do sexo feminino. Reconhecendo a importância da educação do indivíduo para sua inserção na sociedade e buscando capacitar seus funcionários, o BB instituiu meta de treinamento por funcionário, com impacto direto na pontuação que define a participação nos lucros da Empresa. Ao final deste período, a meta foi cumprida por 93,1% dos funcionários.

Além disso, a instituição concedeu, nos últimos 12 meses, 3.206 bolsas de graduação, 4.093 bolsas de MBA, e 438 para estudos de língua estrangeira. Ao final do período, 13,6% dos funcionários possuíam especialização, mestrado ou doutorado, 46% ensino superior, 34,4% ensino médio e 1,1% ensino fundamental. Além de seus funcionários, o Banco do Brasil ainda conta com 10.454 estagiários, 5.092 contratados temporários e 4.809 adolescentes trabalhadores.

O Banco realizou, no primeiro semestre de 2006, três novos processos seletivos com vistas à formação de novos cadastros de pessoal para suprir os estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, São Paulo e Distrito Federal. No total, foram inscritos 258,5 mil candidatos e aprovados 8,4 mil. Os outros estados contam com reserva de candidatos classificados em seleções externas com prazo de validade em vigência.

4.2 Identificação e caracterização das ações sustentáveis do Banco do Brasil S.A.

Para o Banco do Brasil, quando se aborda a responsabilidade sócio-ambiental, não é possível conceber uma linha de chegada, mas um processo de evolução contínua. À medida que se estreita o relacionamento com os públicos de interesse e se procura dar voz a cada um deles, a partir de uma postura pautada na ética e no respeito, novos desafios surgem, exigindo respostas e iniciativas inovadoras.

O compromisso assumido pelo Banco é tornar a responsabilidade sócio-ambiental não um complemento do negócio, mas uma postura intrinsecamente ligada ao negócio.

O engajamento do Banco do Brasil com os princípios de Responsabilidade Sócio-ambiental faz parte de sua história. Como um dos principais agentes do

desenvolvimento econômico e social do País, o Banco do Brasil impulsiona os municípios onde atua ao financiar o agronegócio, o comércio exterior, as micro e pequenas empresas, o setor informal, entre outros.

A partir de 2003, a postura de responsabilidade sócio-ambiental passou a ser articulada de forma mais sistêmica e integrada pelo Banco, contribuindo para que estivesse cada vez mais presente no cotidiano organizacional.

Naquele ano, foram criadas a Unidade de Relações com Funcionários e Responsabilidade Sócio-ambiental, transformada em Diretoria (Dires) em maio de 2004, e o Grupo RSA, constituído por representantes de todas as diretorias e unidades estratégicas mais Fundação Banco do Brasil, cujas ações estão voltadas para superar as condições de pobreza da população brasileira, e Banco Popular do Brasil que oferece serviços à população de menor renda.

O Grupo RSA, com sua visão interfuncional, apóia a Dires em sua missão de ser agente catalisador do processo de disseminação da cultura de Responsabilidade Sócio-ambiental, mediante a prospecção, organização de conhecimentos, articulação de parcerias internas e externas, e assessoramento às demais diretorias e unidades estratégicas no desenvolvimento e na avaliação do resultado das iniciativas relacionadas ao tema.

Portanto, responsabilidade Sócio-ambiental para o Banco do Brasil significa ter a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente.

O Quadro 3, apresenta o compromisso assumido pelo Banco do Brasil com relação a responsabilidade sócio-ambiental:

- a) atuar em consonância com valores universais, tais como: Direitos Humanos, Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho, Princípios sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- b) reconhecer que todos os seres são interligados e toda forma de vida é importante;
- c) repelir preconceitos e discriminações de gênero, orientação sexual, etnia, raça, credo ou de qualquer espécie;
- d) fortalecer a visão da responsabilidade sócio-ambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade;
- e) perceber e valer-se da posição estratégica da corporação Banco do Brasil nas relações com o governo, o mercado e a sociedade civil, para adotar modelo próprio de gestão da Responsabilidade Sócio-ambiental à altura da corporação e dos desafios do Brasil contemporâneo;
- f) ter a transparência, a ética e o respeito ao meio ambiente como balizadores das práticas administrativas e negociais da Empresa;
- g) pautar relacionamentos com terceiros a partir de critérios que observem os princípios de responsabilidade sócio-ambiental e que promovam o desenvolvimento econômico e social;
- h) estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável;
- i) enxergar clientes e potenciais clientes, antes de tudo, como cidadãos;
- j) estabelecer e difundir boas práticas de governança corporativa, preservando os compromissos com acionistas e investidores;
- l) contribuir para que o potencial intelectual, profissional, artístico, ético e espiritual dos funcionários e colaboradores possa ser aproveitado, em sua plenitude, pela sociedade;
- m) fundamentar o relacionamento com os funcionários e colaboradores na ética e no respeito;
- n) contribuir para a universalização dos direitos sociais e da cidadania; e
- o) contribuir para a inclusão de pessoas com deficiência.

Quadro 3: Carta de princípios de responsabilidade sócio-ambiental do Banco do Brasil.
Fonte: Banco do Brasil (2006).

Utilizando como insumos as críticas e sugestões do 4º Fórum realizado com a participação de colaboradores de diversos setores do Banco e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, que é uma entidade criada em 1998 com a missão de incentivar as empresas a incorporar o conceito de responsabilidade social no cotidiano de sua gestão, estabelecendo padrões éticos de relacionamento com o público, o grupo RSA (Responsabilidade Sócio-ambiental) do Banco do Brasil elaborou um Plano de Ação de Responsabilidade Sócio-ambiental para o período de 2003 a 2007, aprovado pelo Conselho Diretor em dezembro de 2003.

Em junho de 2005, esse plano foi atualizado em um processo participativo que culminou na realização da I Oficina de Responsabilidade Sócio-ambiental do Banco do Brasil com a participação dos altos executivos da Empresa.

A partir daquele evento, e como resultado de compromisso com o Ministério do Meio Ambiente de desenvolver uma Agenda 21 Empresarial, que explicitaria o comprometimento do Banco com ações voltadas à responsabilidade sócio-ambiental e ao desenvolvimento sustentável, o Plano de Ação de Responsabilidade Sócio-ambiental passou a ser denominado Agenda 21 do Banco do Brasil.

Dessa forma, a Agenda 21 do Banco do Brasil representa um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, constituindo-se na mais abrangente tentativa já realizada de orientar para um novo padrão de desenvolvimento para o século XXI, cujo alicerce é a sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Uma série de iniciativas foi desenvolvida desde 2003 para alinhar os instrumentos e processos de gestão do Banco do Brasil à visão de responsabilidade sócio-ambiental. Exemplos no quadro 4:

- a) incorporação de item específico sobre "ética empresarial e responsabilidade sócio ambiental", além de várias outras inclusões relacionadas ao assunto por todo o texto do documento "Políticas" do Banco do Brasil;
- b) estabelecimento de pactos com organismos representativos da sociedade, em que são assumidos compromissos com o desenvolvimento sustentável (Princípios do Equador com os principais bancos do mundo, Pacto Global das Nações Unidas, Pacto pelo Combate ao Trabalho Escravo com o Instituto Ethos, Pró-Equidade de Gênero com a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal, Agenda 21 Empresarial com o Ministério do Meio Ambiente);
- c) incorporação, no Acordo de Trabalho, da perspectiva "sociedade", com indicadores relacionados à contribuição do Banco do Brasil ao desenvolvimento sustentável nacional, via ações de investimento social privado, negócios com foco em sustentabilidade e processos administrativos com visão de responsabilidade sócio-ambiental;
- d) adoção de critérios sócio-ambientais na avaliação do risco de crédito de empresas e de projetos de investimento e a adoção de restrições ao relacionamento com clientes envolvidos com trabalho escravo, trabalho infantil ou exploração sexual de crianças e adolescentes; e
- e) Implantou critérios sócio-ambientais também na gestão do relacionamento com fornecedores e de restrições ao relacionamento com fornecedores envolvidos com trabalho escravo, trabalho infantil ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

Quadro 4: Visão de responsabilidade sócio-ambiental no processo de gestão.
Fonte: Banco do Brasil (2006).

Com relação ao Meio, o Banco do Brasil possui em seus normativos a vedação à realização de operações destinadas a financiar atividades que possam causar impactos ambientais, sem autorização formal do órgão competente e a obrigação de apresentação de documentação do órgão ambiental competente para financiamento de:

a) desmatamento, destoca ou custeio agropecuário, objetivando a incorporação de novas áreas no processo produtivo;

b) comercialização de produtos extrativos de origem vegetal e pescado *in natura*;

c) operações de investimento em atividades utilizadoras de recursos ambientais ou empreendimentos capazes de causar degradação ambiental;

d) operações de investimentos em atividades que requerem o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto ao Meio ambiente (RIMA); e

e) operações de investimento em atividades que utilizam recursos hídricos, inclusive agricultura irrigada – outorga de água.

A Agenda 21 do Banco do Brasil também desenvolveu novos produtos e serviços com atributos sócio-ambientais, enriquecendo o portfólio do Banco do Brasil.

Um exemplo de sucesso foi o lançamento do Fundo BB Ações índice de Sustentabilidade Empresarial, em dezembro de 2005, o primeiro fundo do Brasil a ser referenciado no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa. A Carteira do ISE é composta por empresas que evidenciam preocupação com o impacto de questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais.

Também desenvolve negócios que sejam fomentadores da sustentabilidade do meio ambiente, como é o caso, por exemplo, da Estratégia Desenvolvimento Regional Sustentável, do Programa BB Florestal e do BB Agricultura Orgânica.

O programa BB Florestal é um programa de investimento, custeio e comercialização florestal que possui como objetivo incrementar a produção de madeira na ordem de 150.000 hectares de florestas plantadas entre o ano de 2004 até o ano de 2009 por meio de financiamentos aos produtores rurais, cooperativas e agroindústrias, reduzindo o impacto junto às florestas nativas atuando de forma sustentável.

O investimento proporciona maior oferta de madeira no mercado, reduzindo os custos com plantio, assistência técnica e transporte, permitindo maior autonomia na comercialização dos produtos.

Além de florestas de cunho comercial, o Banco do Brasil financia a recomposição e manutenção de áreas de preservação e de reservas legais, contribuindo para a legalização de áreas que necessitem adequar-se a legislação ambiental, gerando desenvolvimento, empregos, renda, impostos e divisas para o meio rural.

Já o BB Agricultura Orgânica têm como objetivo ajudar o produtor que desenvolve a agricultura orgânica. Os serviços oferecidos incluem convênios de integração rural, crédito para a agricultura familiar, cédula de comercialização para o produtor rural, leilão eletrônico com as bolsas de alimentos do país e parceiros com empresas do agronegócio.

O Banco do Brasil está atento à crescente demanda por alimentos livres de resíduos de agrotóxicos e alimentos produzidos em sistemas que preservem o meio ambiente. O apoio financeiro para a atividade é condicionado ao respeito às normas do sistema orgânico de produção.

O crédito do Banco do Brasil exige que o produto seja certificado por uma entidade certificadora em acordo de parceria com o Banco.

O Banco do Brasil possui outros programas que também merecem destaques, é o caso do BB Fruticultura, o BB Biodiesel e o Ecoeficiência.

A fruticultura brasileira é um dos segmentos da economia mais destacados, apresentando evolução contínua, e que busca atender um grande mercado interno em crescimento e um melhor acesso ao mercado internacional.

O BB Fruticultura utiliza as linhas de crédito e serviços disponíveis como BNDES Prodefruta, Moderinfa, Finame Especial, Custeio Agrícola, Crédito industrial entre outras. Este programa está dirigido a toda cadeia do agronegócio, ou seja, desde o mini e pequenos agricultores até a agricultura empresarial, cooperativas, agentes intermediários, supermercados, empresas exportadoras e processadoras de frutas. A meta do programa é de aplicar R\$ 3,8 bilhões em cinco anos, a partir de 2006.

O BB Biodiesel é um programa que visa apoiar a produção, a comercialização e o uso do biodiesel como fonte de energia renovável e atividade geradora de emprego e renda.

A assistência ao setor produtivo é feita por meio de disponibilização de linhas de financiamento de custeio, investimento e comercialização, colaborando para a expansão do processamento do biodiesel no país, a partir do incentivo à produção de matéria-prima, à instalação de plantas agroindustriais e à comercialização.

São priorizadas as culturas do dendê, da mamona, da soja, do algodão (caroço), do girassol e do nabo forrageiro, observando-se o zoneamento agrícola e a aptidão regional.

Por meio do Programa Ecoeficiência o Banco incentiva o desenvolvimento de iniciativas relacionadas à reciclagem, combate ao desperdício, redução de custos operacionais. O Banco do Brasil também acompanha o impacto de suas atividades no meio ambiente, com monitoramento e a avaliação sistemática e documentada do consumo de recursos naturais (como florestas, água e energia, por exemplo) e destinação de resíduos do processo produtivo.

Internamente, o comprometimento do Banco do Brasil com a preservação do meio ambiente pode ser traduzido por ações como a coleta seletiva de lixo existente em várias dependências, o gerenciamento de consumo de água e energia e a adoção de critérios ambientais na seleção e gerenciamento de fornecedores, além de iniciativas para reciclagem de papel.

4.3 Identificação e caracterização dos parceiros do Banco do Brasil nas ações sustentáveis

O Banco do Brasil privilegia parceiros comprometidos com os valores de integridade, idoneidade, respeito à comunidade e ao meio ambiente. É a construção compartilhada que deve estar presente na relação com cada um dos públicos.

Na realização de parcerias, convênios, protocolos de intenções e de cooperação técnico-financeira com entidades externas, privadas ou públicas o Banco do Brasil faz algumas exigências. Essas exigências estão explícitas no quadro 5:

a) *examina previamente o retorno, a conveniência, o nível de relacionamento, a reciprocidade e o interesse estratégico, os impactos sócio-ambientais e a oportunidade dos recursos, produtos e serviços envolvidos, com base em modelos específicos;*

b) *atua com instituições financeiras, investidores institucionais e seguradoras previamente qualificadas segundo critérios técnicos;*

c) *considera o nível de relacionamento, a reciprocidade ou o interesse estratégico nas relações com seus parceiros; e*

d) *escolhe parceiros que compartilham os mesmos valores de integridade, idoneidade e respeito à comunidade e ao meio ambiente.*

Quadro 5: Providências que antecedem a parceria.
Fonte: Banco do Brasil (2006).

Exemplos relevantes no estabelecimento de parcerias são as estratégias de *Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS - e Arranjos Produtivos Locais - APL* - que se baseiam em modelos de negócios que têm por objetivos gerar trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, considerando a viabilidade das iniciativas em suas dimensões econômica, social e ambiental, propiciando resultados economicamente positivos com práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental das comunidades.

A construção de parcerias é aspecto essencial do processo de implementação das estratégias DRS e APL. Para que esse propósito se realize, é fundamental que o Banco promova articulações com os diferentes agentes que se fazem presentes, de forma direta ou indireta, em uma atividade produtiva selecionada, buscando uma atuação sinérgica e ética em prol do desenvolvimento sustentável da área enfocada.

Assim, quanto mais diversificado o conjunto de parceiros que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades escolhidas, maiores serão as possibilidades de se obter resultados positivos. Isso porque cada um deles pode auxiliar na solução dos problemas identificados a partir do compartilhamento dos seus conhecimentos, adquiridos formalmente ou informalmente.

São parceiros do DRS e APL os representantes de órgãos públicos federais, regionais, estaduais e municipais, organizações não-governamentais, fundações, associações de classe, sindicatos, igrejas, empresas, lideranças formais e informais, representantes da sociedade civil e outras entidades de natureza privada.

É em conjunto com os parceiros integrantes da Equipe de Trabalho DRS que serão elaboradas, de forma inclusiva e participativa, as ações capazes de, uma vez concretizadas, propiciar geração de trabalho e renda, inclusões social e bancária das pessoas envolvidas e a melhoria dos indicadores socioeconômicos e ambientais da região em que se esteja atuando.

Os parceiros são igualmente importantes na elaboração e execução das áreas discutidas junto à Governança dos APL, que poderão interferir positivamente na competitividade das micro e pequenas empresas - MPE - da localidade foco. Com a estratégia APL busca-se aumentar o valor agregado e diminuir os custos dos produtos das MPE, garantindo a longevidade das empresas e o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas.

O DRS é uma estratégia negocial que nasceu com o desafio de elaborar e implementar formas de atuação nas comunidades, mobilizando agentes econômicos, políticos e sociais, de maneira a impulsionar o desenvolvimento sustentável em regiões priorizadas pelo Governo.

A estratégia de atuação do DRS priorizou as áreas do semi-árido brasileiro, que amarga os piores indicadores sociais e engloba municípios das Região Nordeste e Norte, vales dos Jequitinhonha e Mucuri.

O DRS procura ser socialmente justo, economicamente viável, ambientalmente correto e culturalmente diversificado. O Programa propicia que aflorem as características autocriativas das comunidades, de modo que a rota de desenvolvimento se consolide ao longo do tempo. As comunidades são estimuladas a atingir um padrão de organização em rede, com características de parceria, interdependência, reciclagem, flexibilidade e diversidade.

O Fome Zero priorizado pelo Governo Federal como base de sua atuação social. O engajamento da sociedade nessa mobilização é fator fundamental para atingir o objetivo proposto de diminuir a pobreza e a miséria no País. O envolvimento do Banco do Brasil, no Fome Zero, como parceiro, reforça seu papel como agente do desenvolvimento e empresa comprometida com o País.

Desde 2003, o Banco vem participando ativamente com estratégias que consistem, essencialmente, em gerar oportunidades de emprego e renda.

Em três anos de ações do Banco do Brasil no Fome Zero, já foram beneficiadas mais de 2,5 milhões de pessoas em mais de 2.500 municípios brasileiros, conforme quadro 6:

a) 1.679 agências habilitadas a atuar na estratégia DRS, 579 diagnósticos e planos de negócio aprovados, abrangendo 113.235 famílias e R\$ 363 milhões em créditos programados, até maio de 2006;

b) R\$ 5.326.251,74 investidos em ações de geração de emprego e renda, provenientes de percentual do Fundo BB DI Básico e do Seguro Vida Mulher;

c) 20.502 cisternas construídas nas regiões do semi-árido, em parceria com a FEBRABAN;

d) 66.212 beneficiários diretos apoiados nas cadeias produtivas, sendo: 12.897 na cadeia dos recicláveis; 13.807 nas cadeias de caprinocultura e apicultura; 9.477 na cadeia da mandiocultura; 24.944 na cadeia produtiva do artesanato e 5.087 na cadeia do caju;

e) 15.406 beneficiários com o Projeto Hortas Comunitárias. Foram implantadas 48 hortas comunitárias e 1 unidade de beneficiamento de hortigranjeiros;

f) 227 pontos de atendimento do Banco Popular do Brasil, instalados em municípios sem agência do Banco do Brasil;

g) 55.479 agricultores beneficiados pela linha de crédito PRONAF "B" e "Semi-árido", totalizando o valor de R\$ 56.172.775,00;

h) 25.439 agricultores apoiados por meio de ações de incentivo à comercialização da produção oriunda de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, em 2003 e 2004;

i) 240.641 jovens e adultos alfabetizados desde o início do Programa BBeducar, em 1992. Desde 2003, foram alfabetizadas 75.169 pessoas.

j) 53 mil crianças e adolescentes atendidos, anualmente, pelo Programa AABB Comunidade;

l) R\$ 390.948,29 repassados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, ao Programa QUEROLER e ao Programa Arca das Letras, referentes a 20% das bilheterias dos Centros Culturais Banco do Brasil;

m) 1.675 pontos de inclusão digital, implantados no Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil e no Programa Estação Digital da Fundação Banco do Brasil;

n) 4.713 toneladas de alimentos arrecadadas nos eventos de marketing esportivo, cultural e outros;

o) 25.217 empregos temporários gerados nos eventos de marketing esportivo e cultural; e

p) As 2.393.571 pessoas atendidas pelos 2.370 comitês do Banco do Brasil, cadastrados no Gerenciador de Recursos Sociais.

Quadro 6: Ações do Banco do Brasil no programa Fome Zero.

Fonte: Banco do Brasil (2006).

Até outubro de 2006, existiam no Banco do Brasil 2.319 agências habilitadas com 2.131 diagnósticos e Planos de Negócios DRS em andamento, dos quais 876 em execução, envolvendo cerca de 197 mil famílias e 2.500 municípios.

A seguir, na Figura 1 os resultados alcançados, por região, com a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável:

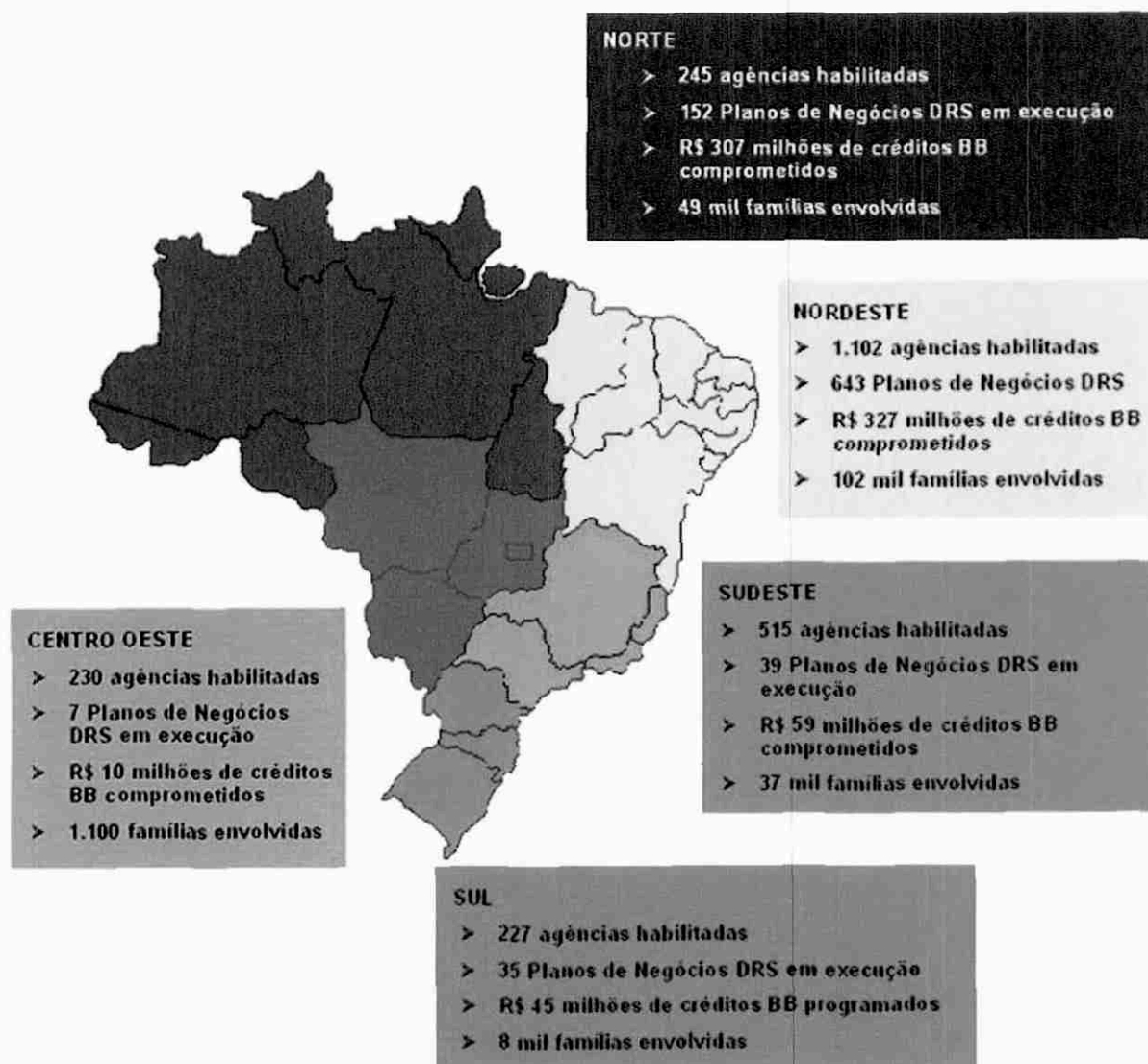


Figura 1: Resultados alcançados com a estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável.
Fonte: Banco do Brasil (2006).

As ações de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS - do Banco do Brasil em Santa Catarina envolvem 71 agências, cujos funcionários estão capacitados a atuar de acordo com as premissas dessa Estratégia Negocial. Até dezembro de 2006, Santa Catarina possuía 5 planos de Negócio DRS em execução, 974 famílias envolvidas e R\$ 4.861.500,00 em créditos programados BB. As atividades produtivas onde o DRS atua em Santa Catarina são a Apicultura, a Bovinocultura de Leite e o Cultivo de Maçã.

4.4 Análise das ações de responsabilidade social do Banco do Brasil S.A.

Com base nos estudos realizados neste trabalho, percebe-se que o Banco do Brasil é uma instituição que investe forte no que diz respeito à Responsabilidade Sócio-ambiental, tendo compromisso, com ética e respeito, com todos que se relaciona.

Isto se torna visível através da implantação de sua Agenda 21, que possui um plano para a prática de sustentabilidade e consciência para diminuir os impactos sociais e ambientais neste século – é um compromisso que esta instituição assumiu em prol da justiça social, equilíbrio ambiental e eficiência econômica.

Com o intuito de divulgar e atrair a população para a questão de responsabilidade sócio-ambiental, o Banco do Brasil além de divulgar seu Balanço Social Anual, proporciona diversos cursos em parceria com sua universidade corporativa a fim de incentivar o público em geral a ser mais responsável no que diz respeito ao social e ao meio ambiente.

O balanço social é um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa.

No balanço social a empresa mostra o que faz por seus profissionais, dependentes, colaboradores e comunidade, dando transparência às atividades que buscam melhorar a qualidade de vida para todos. Ou seja, sua função principal é tornar pública a responsabilidade social empresarial, construindo maiores vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente. O balanço social é uma ferramenta que, quando construída por múltiplos profissionais, tem a capacidade de explicitar e medir a preocupação da empresa com as pessoas e a vida no planeta.

O balanço social favorece a todos os grupos que interagem com a empresa. Aos dirigentes fornece informações úteis à tomada de decisões relativas aos programas sociais que a empresa desenvolve. Seu processo de realização estimula a participação dos funcionários e funcionárias na escolha das ações e projetos sociais, gerando um grau mais elevado de comunicação interna e integração nas relações entre dirigentes e o corpo funcional.

A despeito da importância atribuída ao balanço social, o que se percebe é que por vezes ele é confundido com o balanço contábil da empresa. Com efeito, alguns lançamentos contábeis como, por exemplo, obrigações tributárias, dentre outros, aparecem também no balanço social. Recomenda-se, para tanto, a regulamentação dos demonstrativos sociais das empresas, o que pode ser feito por meio de lei federal.

Aos fornecedores e investidores, informa como a empresa encara suas responsabilidades em relação aos recursos humanos e à natureza, o que é um bom indicador da forma como a empresa é administrada.

Desde 1997, o sociólogo Herbert de Souza e o Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas (Ibase) vêm chamando à atenção empresários e toda a sociedade para a importância e a necessidade da realização do balanço social das empresas em um modelo único e simples.

Por entender que a simplicidade é a garantia do envolvimento do maior número de corporações, o Ibase, em parceria com diversos representantes de empresas públicas e privadas, a partir de inúmeras reuniões e debates com vários setores da sociedade, desenvolveu um modelo que tem a vantagem de estimular todas as empresas a divulgar seu balanço social, independente do tamanho e setor.

Em 1998, para estimular a participação de um maior número de corporações, o Ibase lançou o Selo Balanço Social Ibase/Betinho. O selo é conferido anualmente a todas as empresas que publicam o balanço social no modelo sugerido pelo Ibase, dentro da metodologia e dos critérios propostos.

Através deste Selo as empresas podem mostrar - em seus anúncios, embalagens, balanço social, sites e campanhas publicitárias - que investem em educação, saúde, cultura, esportes e meio ambiente.

Na Figura 2 encontra-se Balanço Social Anual de 2005 do Banco do Brasil, utilizando como modelo o da Ibase:

| 1 - Base de cálculo | 2005 Valor (mil reais) | 2004 Valor (mil reais) |
|--------------------------------|------------------------|------------------------|
| Receita Líquida (RL) | 56.131.167 | 50.623.360 |
| Resultado Operacional (RO) | 4.153.602 | 3.024.006 |
| Folha de Pagamento Bruta (FPB) | 6.985.517 | 6.619.677 |

| 2 - Indicadores Sociais Internos | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre FPB | % sobre RL |
|---|------------------|--------------|-------------|------------------|--------------|-------------|
| Alimentação | 574.641 | 8,23 | 1,02 | 509.067 | 7,69 | 1,01 |
| Encargos Sociais Compulsórios | 1.528.804 | 21,89 | 2,72 | 1.385.870 | 20,94 | 2,74 |
| Providência privada | 528.833 | 7,57 | 0,94 | 499.850 | 7,55 | 0,99 |
| Saúde | 379.172 | 5,43 | 0,68 | 358.267 | 5,41 | 0,71 |
| Segurança e Saúde no Trabalho | 9.212 | 0,13 | 0,02 | 24.822 | 0,37 | 0,05 |
| Educação | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Cultura | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Capacitação e Desenvolvimento Profissional | 103.259 | 1,48 | 0,18 | 30.200 | 0,46 | 0,06 |
| Creches ou Auxílio-creche | 34.586 | 0,50 | 0,06 | 21.210 | 0,32 | 0,04 |
| Participação nos Lucros ou Resultados | 500.992 | 7,60 | 0,95 | 371.428 | 5,61 | 0,73 |
| Outros | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Total - Indicadores Sociais Internos | 3.689.499 | 52,82 | 6,57 | 3.200.714 | 48,35 | 6,32 |

| 3 - Indicadores Sociais Externos | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
|---|------------------|---------------|-------------|------------------|--------------|-------------|
| Educação | 26.595 | 0,64 | 0,05 | 16.460 | 0,54 | 0,03 |
| Cultura | 44.465 | 1,07 | 0,08 | 35.000 | 1,16 | 0,07 |
| Saúde e Saneamento | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Esporte | 43.800 | 1,05 | 0,08 | 47.000 | 1,55 | 0,09 |
| Combate à Fome e Segurança Alimentar | 143.345 | 3,45 | 0,26 | 3.144 | 0,10 | 0,01 |
| Outros | 0 | 0,00 | 0,00 | 25.387 | 0,84 | 0,05 |
| Total das Contribuições para a Sociedade | 258.205 | 6,22 | 0,46 | 126.991 | 4,20 | 0,25 |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 4.274.301 | 102,91 | 7,61 | 2.808.991 | 92,89 | 5,55 |
| Total - Indicadores Sociais Externos | 4.532.506 | 109,12 | 8,07 | 2.935.982 | 97,09 | 5,80 |

| 4 - Indicadores Ambientais | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL | Valor (mil) | % sobre RO | % sobre RL |
|---|-------------------------------------|-----------------------|-------------|-------------------------------------|-----------------------|-------------|
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da Empresa | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Total dos Investimentos em Meio Ambiente | 0 | 0,00 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0,00 |
| Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, da Empresa | | | | | | |
| | <input type="checkbox"/> | não possui metas | | <input type="checkbox"/> | não possui metas | |
| | <input type="checkbox"/> | cumprido de 0 a 50% | | <input type="checkbox"/> | cumprido de 0 a 50% | |
| | <input type="checkbox"/> | cumprido de 51 a 75% | | <input type="checkbox"/> | cumprido de 51 a 75% | |
| | <input checked="" type="checkbox"/> | cumprido de 76 a 100% | | <input checked="" type="checkbox"/> | cumprido de 76 a 100% | |

| 5 - Indicadores do Corpo Funcional | 2005 | 2004 |
|---|--------|--------|
| Nº de empregados(as) ao final do período | 83.751 | 82.671 |
| Nº de admissões durante o período | 7.835 | 8.353 |
| Nº de empregados(as) formalizados(as) | 6.433 | 6.270 |
| Nº de estagiários(as) | 10.363 | 10.339 |
| Nº de empregados(as) acima de 45 anos | 24.590 | 22.622 |
| Nº de mulheres que trabalham na Empresa | 29.807 | 29.321 |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 26,54 | 27,00 |
| Nº de negros(as) que trabalham na Empresa | 14.377 | 13.957 |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 15,70 | 15,83 |
| Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais | 1.437 | 1.486 |

| 6 - Informações Relevantes Quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial | 2005 | Metas 2006 | | | | |
|--|---|------------------------------|---|----------------------------|------------------------------|-------------------------------------|
| Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa | 18,8x | 18,8x | | | | |
| Número total de acidentes de trabalho (1) | 905 | 840 | | | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos por: | () direção e gerências | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) + Cipa | () direção e gerências | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) + Cipa |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (X) todos(as) empregados(as) + Cipa | (X) direção e gerências | () todos(as) empregados(as) | (X) todos(as) empregados(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a Empresa: | () não se envolve | () segue as normas da OIT | (X) incentiva e segue a OIT | () não se envolverá | () seguirá as normas da OIT | (X) incentivará e seguirá a OIT |
| A previdência privada contempla: | () direção e gerências | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) | () direção e gerências | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | () direção e gerências | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) | () direção e gerências | () direção e gerências | (X) todos(as) empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa: | () não são considerados | (X) são sugeridos | () são exigidos | () não serão considerados | (X) serão sugeridos | () serão exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a Empresa: | () não se envolve | () apoiará | (X) organiza e incentiva | () não se envolverá | () apoiará | (X) organizará e incentivará |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): (2) | na Empresa 323.129 | no Procon 2.203 | na Justiça (3) 13.807 | na Empresa 323.129 | no Procon 2.203 | na Justiça 13.807 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: (2) | na Empresa (4) 100% | no Procon 100% | na Justiça (3) 22% | na Empresa(2) 100% | no Procon 100% | na Justiça 22% |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$) | Em 2005: R\$ 16.434.489 | | Em 2004: R\$ 13.902.229 | | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA) | 31,42% governo 43,31% colaboradores(as) 9,12% acionistas nd % terceiros 16,15% retido | | 27,09% governo 50,16% colaboradores(as) 7,1% acionistas nd % terceiros 15,6% retido | | | |

7 - Outras Informações

1. Nessa informação estão incluídos os afastamentos relacionados a Doenças do Trabalho.
2. O Banco do Brasil não estabeleceu metas limitadoras para acolhimento de reclamações e críticas, sendo repelidos, como metas para 2006, os números obtidos em 2005.
3. Dados de processos em juizados especiais.
4. 88% das ocorrências foram solucionadas no prazo de 72 horas. A meta para 2006 é responder 90% em 72 horas.
5. CNPJ: 00.000.000/0001-91, Instituição Financeira, DF.
6. Para esclarecimento sobre as informações declaradas, favor contactar Marco Geovanna Tobias da Silva, (61) 3310.3980, ri@bb.com.br.
7. Esta Empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual do criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
8. Nossa Empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.

Figura 2: Balanço social do Banco do Brasil.
Fonte: Banco do Brasil (2006).

Com relação ao seu público interno, o balanço social do Banco do Brasil demonstra a sua preocupação em investir cada vez mais na capacitação e desenvolvimento profissional de seus funcionários, através de inúmeros cursos, focando em seu melhor desempenho profissional quanto intelectual, investe em segurança e na saúde de seus funcionários e distribui participação dos lucros e resultados aos mesmos.

Para o público externo, onde o Banco mais investe é no combate a fome e segurança alimentar, cultura esporte e educação.

Com relação ao combate à fome, a parceria com o Governo Federal no programa Fome Zero é onde mais é investido e o que mais aparece na mídia brasileira.

Na cultura, os circuitos e centros culturais Banco do Brasil, leva diversos shows, teatros, cinemas, danças, artes plásticas, entre outras atrações à todos os Estados brasileiros a preço baixo, ou seja, acessível a grande parte da população brasileira e o lucro obtido nestes eventos é destinado ao programa Fome Zero.

No esporte, o Banco do Brasil está presente, patrocinando diversos esportistas e equipes, como é o caso das seleções masculina e feminina de vôlei de quadra, Robert Sheide no barco à velas, duplas masculinas e femininas e circuitos de vôlei de praia, levando cidadania, orgulho e muitas alegrias a população brasileira.

Na educação, o Programa BBeducar está alfabetizando diversos cidadãos brasileiros todos os anos, distribui kits escolares todo o começo de ano letivo às escolas públicas.

Através do Programa DRS (desenvolvimento Regional Sustentável), o Banco e parceiros apóiam atividades produtivas que propiciem a geração de negócios, trabalho e renda aos brasileiros.

O Programa APL (Arranjos Produtivos Locais), as empresas têm acesso à crédito e assessoria financeira para garantirem sua sustentabilidade e desenvolvimento.

O Banco do Brasil atua no agronegócio, fornecendo crédito desde para os agricultores familiares até as grandes empresas agrárias, alcançando o desenvolvimento sustentável deste segmento.

O programa Voluntariado Empresarial do Banco do Brasil, que conta com mais de 16 mil voluntários que estão se capacitando em diversas áreas de conhecimento para atuação nas comunidades e em Organizações Não-Governamentais, destacam-se as seguintes ações:

a) o curso Introdução à Ação Voluntária, composto de quatro fascículos: 1. Curso de Introdução à Ação Voluntária; 2. Curso Ação Voluntária: Gestão Financeira; 3. Curso Ação Voluntária: Gestão Organizacional e Planejamento; 4. Curso Ação Voluntária: Elaboração e Gestão de Projetos Sociais e Captação de Recursos. O curso foi disponibilizado na intranet, no portal da Universidade Corporativa, e também no portal do Banco, tornando possível seu acesso aos aposentados e ao público externo;

b) o Banco do Brasil e a Fundação Banco do Brasil assinaram protocolo - Projeto Voluntários BB - para apoiar a implementação de ações sociais voluntárias para a geração de trabalho e renda desenvolvidas por funcionários do Banco do Brasil em comunidades sob risco social. Foram destinados, em 2004/2005, cerca de R\$ 3 milhões a 38 projetos.

c) foi lançado o site Voluntariado com o propósito de favorecer a execução das ações voluntárias, disponibilizando informativos e bancos de projetos, de oportunidades, de dados de voluntários e de comitês de cidadania que auxiliam no gerenciamento desse público pelo Banco.

Além da abordagem sobre responsabilidade sócio-ambiental que paulatinamente vem sendo incorporada ao conteúdo dos treinamentos existentes, a Universidade Banco do Brasil oferece os seguintes cursos diretamente relacionados à temática sócio-ambiental: Oficina Pão e Beleza - Mobilizadores Sociais, Ação Voluntária, e Desenvolvimento Regional Sustentável.

O objetivo da Oficina Pão e Beleza - Mobilizadores Sociais é sensibilizar os participantes para atuarem ações de cidadania e motivá-los para o envolvimento na aplicação de políticas de segurança alimentar, especialmente relacionadas ao Programa Fome Zero. Os cursos são realizados em turmas mistas, com a participação de funcionários e comunidade.

O Curso Ação Voluntária (a distância) tem como objetivo qualificar a ação voluntária dos funcionários e é aberto também ao público externo. O objetivo do Curso Desenvolvimento Regional Sustentável, por sua vez, é sensibilizar e

instrumentalizar executivos e demais funcionários para trabalharem com essa nova linha de ação que foca o desenvolvimento local.

Portanto, constatou-se que o Banco do Brasil está cada vez mais preocupado com toda a população e age de forma correta e com muita ética com relação ao meio ambiente, com o objetivo de amenizar os impactos sociais e ambientais no Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com o meio ambiente e com a sociedade vem adquirindo destaque nas organizações que desejam se diferenciar e preservar seu público como cliente, já que este, por sua vez, também se tornou mais exigente na procura de serviços que os satisfaçam.

Com isso, o grande foco da responsabilidade sócio-ambiental diz respeito à necessidade de revisar os modos de serviços, produção e padrões de consumo vigentes de tal modo que o sucesso empresarial não seja alcançado a qualquer preço, mas ponderando-se os impactos sociais e ambientais decorrentes da atuação administrativa da empresa. Em vista disso foi definido o problema de pesquisa do presente trabalho que visava identificar quais os projetos e ações que o Banco do Brasil S.A desenvolve nesta área.

O objetivo principal deste trabalho foi efetuar estudos no tema responsabilidade sócio-ambiental dentro na instituição financeira Banco do Brasil S.A. Foi utilizada primeiramente, uma revisão da literatura, para o acadêmico aprofundar-se no tema em questão e freqüência dentro de uma agência bancária da instituição para que a qualidade do aprendizado e o alto grau de confiabilidade do estudo fossem constatados.

A segunda parte do trabalho se deve ao cumprimento dos objetivos propostos. Primeiramente foram identificados e caracterizados os projetos sócio-ambientais da instituição em estudo.

Foi constatado que para o Banco do Brasil, responsabilidade social significa ter a ética como compromisso e o respeito como atitude nas relações com funcionários, colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes, credores, acionistas, concorrentes, comunidade, governo e meio ambiente. Sua carta de princípios enfatiza esse comprometimento, pois cultiva valores como repelir todo e qualquer tipo de preconceitos e discriminação; busca fortalecer a visão da responsabilidade sócio-ambiental como investimento permanente e necessário para o futuro da humanidade; e também se caracteriza em estimular, difundir e implementar práticas de desenvolvimento sustentável; entre outros aspectos relacionados com o tema em questão.

Com o desenvolvimento da Agenda 21 Empresarial, a instituição aumentou seu portfólio de produtos e serviços com atributos sócio-ambientais. Entre eles

estão: o Fundo BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial que é composta por empresas que evidenciam preocupação com o impacto de questões sociais e ambientais em suas práticas administrativas e negociais, o Programa BB Florestal, o BB Agricultura Orgânica, o BB Fruticultura, o BB Biodiesel e o Ecoeficiência. Esses programas colaboram e muito para o desenvolvimento do País, ajudando com a divulgação e o crescimento da Responsabilidade Sócio-ambiental.

O segundo objetivo do trabalho foi identificar e descrever os parceiros da instituição que atuam conjuntamente neste segmento. Neste sentido, exemplos relevantes no estabelecimento de parcerias são as estratégias de Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS - e Arranjos Produtivos Locais - APL - que se baseiam em modelos de negócios que têm por objetivos gerar trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, considerando a viabilidade das iniciativas em suas dimensões econômica, social e ambiental, propiciando resultados economicamente positivos com práticas que permitam um salto de qualidade nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental das comunidades. São parceiros do DRS e APL os representantes de órgãos públicos federais, regionais, estaduais e municipais, organizações não-governamentais, fundações, associações de classe, sindicatos, igrejas, empresas, lideranças formais e informais, representantes da sociedade civil e outras entidades de natureza privada.

O terceiro objetivo foi realizar uma análise das ações empregadas pelo Banco do Brasil em Responsabilidade Social. Com isso, foi verificado que a instituição investe muito neste segmento e o que constata essa verificação é seu Balanço Social Anual, divulgado todo ano utilizando o modelo do Ibase.

Com relação ao seu público interno, o balanço social do Banco do Brasil demonstra a sua preocupação em investir cada vez mais na capacitação e desenvolvimento profissional de seus funcionários, através de novos cursos, focando em seu melhor desempenho profissional quanto intelectual, investe em segurança e na saúde de seus funcionários e distribui participação dos lucros e resultados aos mesmos.

Para o público externo, onde o Banco atua intensamente é no combate a fome e segurança alimentar, através do programa Fome Zero, em parceria com o Governo Federal. Na cultura, os circuitos culturais levam diversas atrações às grandes cidades do Brasil. No esporte, o Brasil atua como patrocinador de diversos

esportistas e eventos e na educação o programa BB Educar alfabetiza diversos cidadãos brasileiros.

Neste sentido, com o estudo realizado e a identificação das parcerias e ações desenvolvidas pelo Banco do Brasil, constatou-se o alcance dos objetivos propostos no trabalho e evidenciou-se o grande senso de responsabilidade sócio-ambiental por parte da instituição e de seus colaboradores, já que estes foram fundamentais para a implementação e sucesso deste programa. E o desejo é que este estudo realizado sirva para a divulgação das ações sobre RSA da instituição e que incentive a cada dia mais empresas aderirem esse senso de responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Sistema de gestão ambiental**: Especificação e Diretrizes para o uso, NBR ISO 14001. Rio de Janeiro, 1996.

ANDRADE, M. M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ASHLEY, Patrícia Almeida. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BANCO DO BRASIL. Responsabilidade sócio-ambiental. Disponível em <http://www.bb.com.br>. Acessado em 02/06/2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

COSTA, Maysa Queiroz. **A pesquisa em gestão ambiental**: um diagnóstico dos artigos publicados no ENANPAD nos anos de 2000 a 2005. São José 2005.

DA SILVA, Cícero Fontana. **Subsídios para a implementação de um sistema de gestão ambiental em um entreposto de mel: um estudo de caso**. 2005. Trabalho de Conclusão de Estágio (Graduação em Administração). Curso de Administração. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ETHOS, Instituto. Responsabilidade Social. Disponível em <http://www.ethos.org.br>. Acessado em 15/11/2006.

FATMA. Legislação Ambiental. Disponível em <http://www.fatma.sc.gov.br>. Acessado em 10/12/2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

IBASE. Balanço Social. Disponível em <http://www.ibase.br>. Acessado em 02/12/2006.

GODOY, Arildas. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revistas de Administração**, v. 35, No 2, Mar/Abril, 1995.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais: 4. ed. Rio de Janeiro: Recors, 2000.

KARKOTLI, Gilson Rihan. **Responsabilidade social empresarial**. Petrópolis: Vozes, 2006

KNUTH, K. R. **Gestão ambiental**: Um Estudo de Caso para o Setor Têxtil de Santa Catarina. 123 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MAIMON, D. **Passaporte verde**: gerência ambiental e competitividade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MOURA, L. A. A. de. **Qualidade e gestão ambiental**: sugestões para a implantação das Normas ISO 14000 nas empresas. 2. ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000.

PORTER, M. E.; LINDE, C. van der. Ser verde também é ser competitivo. **Exame**, São Paulo, p. 72-78, 22 nov. 1995.

REIS, L. F. S. S. D.; QUEIROZ, S. M. P. de. **Gestão ambiental em pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, F. A. M. ; FONTOURA, G. A. T. ; VALLE, R. A. B. O avanço da interatividade nos sistemas de gestão ambiental. **Meio ambiente industrial**, ano VI, 35 n.34, p. 28-31, Jan./Fev. 2002.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica: A Construção do Conhecimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999.

SCHENINI, Pedro Carlos. **Avaliação dos padrões de competitividade à luz do desenvolvimento sustentável: O Caso da indústria Trombini Papel e Embalagens S.A em Santa Catarina**. Florianópolis, 1999.

_____. **Gestão empresarial sócio ambiental**. Florianópolis: (s. n.), 2005.

SOUZA, Perci Carvalho de; SOARES, Francilene Gomes. **Responsabilidade socioambiental**. Brasília, 2006.

TRIVINÕS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1995.

VALLE, Cyro E. do. **Qualidade ambiental: como se preparar para as normas 150-14000**. São Paulo: Pioneira, 1995.

_____. **Qualidade ambiental: ISO 14000**. 4. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.